



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA

RUBIA ARAUJO SILVA

**O (A) NEGRO/ NEGRA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: A
INVISIBILIDADE DO POVO DA DIÁSPORA NEGRA NAS ARTES E NA
EDUCAÇÃO**

Arraias/TO
2021

RUBIA ARAUJO SILVA

**O (A) NEGRO/ NEGRA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: A
INVISIBILIDADE DO POVO DA DIÁSPORA NEGRA NAS ARTES E NA
EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/ Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens. Habilitação: Artes Visuais e Música.

Orientador: Prof. Me. Don Gomes Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586(Silva, Rubia Araújo.

O(a) negro/negra na construção do conhecimento: : a invisibilidade do povo da diáspora negra nas artes e na educação . / Rubia Araújo Silva.
– Arraias, TO, 2021.

54 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Arraias - Curso de Educação do Campo, 2021.

Orientador: Don Gomes Alves

1. Diáspora Negra. 2. Colonização. 3. Racismo. 4. Educação. I. Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CÓDIGO E LINGUAGENS ARTES
VISUAIS E MÚSICA**

**O(a) negro/negra na construção do conhecimento:
A invisibilidade do povo da diáspora negra nas artes e na educação.**

Monografia submetida ao Curso de Licenciatura em Educação Do Campo: Código e Linguagens em Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, em cumprimento parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em Educação do Campo: Código e Linguagens em Artes Visuais e Música.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 01/04/2021

Professor Me. Don Gomes Alves - Orientador
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Professora Ma. Mara Regina Aparecida Vidal
Membro Efetivo

Professor Esp. Thiago Francysco Rodrigues Cassiano
Membro Efetivo

Dedico as minhas pequenas Jennifer Rayara e Yasmim Aparecida, cujo amor transcendem toda e qualquer barreira humana.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dado a graças nessa caminhada, que por muitos momentos tornou-se insólita, e muitas das vezes carregada de dificuldades, que as direções em momentos críticos se tornaram turva e imprecisa, em que a desistência foi a palavra mais precisa, mas a resistência me manteve firme.

Agradeço, as minhas meninas Jennifer Rayara e Yasmin Aparecida, meu motivo maior de cada dia, os motores de engrenagem para lutar, insistir dias melhores.

E não poderia deixar de agradecer, a minha amiga Viviane Fernandes, que em momentos tão críticos, foi força, companheirismo, foi amiga, e se cheguei até aqui, foi pelo seu imenso apoio, pelas vezes que me não deixou desistir, hoje posso confirmar que ela é minha amiga, irmã de outra mãe, agradeço todos os dias, pela sua bondade.

Agradeço também a Irany Paiva e Miguel Ferreira por nós ter acolhido de braços aberto, ao Calos André pela disponibilidade de ter nos deixado usa seu computador, para impressão, digitalização, por falta de dinheiro que não tinha, agradecer também a prima Glaucilene pelas inúmeras perturbações com minhas dificuldades, por falta de internet, falta de notebook, ela estava sempre disposta para me ajudar, agradeço de coração, pela sua grandiosa bondade, que Deus sempre abençoe cada um de nós.

Aos professores do curso Educação do Campo: Música e Artes Visuais, que muitos contribuíram para o meu aprendizado, em especial, ao Thiago Francysco Rodrigues Cassiano e ao orientador Don Gomes Alves, pela compreensão e paciência no decorrer deste trabalho, por ter sido uma representativa negra, um conselheiro, num momento tão difícil, que foi escrever cada linha deste trabalho, uma tarefa árdua, mas com sua orientação e dedicação, permitiu, chegarmos aqui. Aos professores da banca, por torna-se parte de conclusão deste trabalho.

E a todos os que contribuíram diretamente ou indiretamente, por nomes são muitos, então agradeço a todos de modo geral!

“Eu tenho um sonho que um dia essa nação levantar-se-á e viverá o verdadeiro significado da sua crença: Consideramos essas verdades como auto evidentes que todos os homens são criados iguais”.

Martin Luther King

RESUMO

O presente trabalho busca elucidar acerca do negro (a) na construção do conhecimento, destacando de maneira perceptível a invisibilidades do povo, da diáspora negra nas artes e na educação. Sabemos, que no contexto histórico do negro, a qual se perpassa pelo viés da escravidão, período este que se constituiu por mais de 300 anos. Portanto, arguir sobre o tema, tem sua relevância, uma vez que, é possível constituir conceitos que propicie para caminhos prováveis para a visibilidade da diáspora negra no contexto educacional e artístico. Desta forma, a análise resultou em fontes em acervos de estudiosos do assunto em foco, ou seja, na perspectiva teórica de Costa (2008); Gomes (2003); Gilroy (2001); Lopes (2016); Fonseca (2004); Nascimento (2004) Oliveira (2015); Mattos (2007); Santos (2013), Schawarcz (2004), entre outros, mais precisamente ao focalizarmos nos acervos de grupos de militâncias negras (Geledés – Instituto da Mulher Negra) a fim de ratificar a nossa tese da invisibilidade do negro na educação e nas artes. A compreensão da historiografia do negro, sobre a perspectiva negra, bem como as manifestações do racismo e a configuração de corpos negros caídos pelogenocídio a representação e presença da mulher no curso superior. A invisibilidade da lei 10.639/03, da figura negra na arte, na educação, nisto justificamos, a necessidade de configurar espaços educacionais para a percepção da arte negra e suas performances que transfiguram a cultura afro-brasileira através das matrizes africanas.

Palavras-chave: Diáspora Negra; Colonização; Racismo; Educação; Arte.

ABSTRACT

The present study seeks to elucidate about the negro (a) in the construction of knowledge, highlighting of perceptible way to invisibilidades the people, the black diaspora in the arts and in education. We know that in the historical context of the negro, which permeates through the bias of the slavery, this period which was for over 300 years. Therefore, contest on the theme, has its relevance, since it is possible to constitute concepts that will provide for probable paths for the visibility of black diaspora in the educational context and artistic. In this way, the analysis resulted in sources in collections of scholars of the subject in focus, i.e., in the theoretical perspective of Costa (2008); Gomes (2003); Gilroy (2001); Lopes (2016); Fonseca (2004); Nascimento (2004) Oliveira (2015); Mattos (2007); Santos (2013), Schawarcz (2004), among others, more precisely to focus on collections of groups of militâncias negras (Geledés - Institute for Black Women) in order to ratify our thesis of invisibility of black people in education and the arts. The understanding of the historiography of the negro, on the black perspective, as well as the manifestations of racism and the configuration of Blackbodies have fallen by genocide the representation and the presence of women in the upper course. The invisibility of the Law 10.639/03, black figure in art, in education, in this justify the need to set up educational spaces for the perception of black art and their performances that transfiguram the Afro-brazilian culture through the African matrices.

Keywords: Black Diaspora; Colonization; Racism; Education; Art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Negros capturados na África e destinados ao trabalho escravo na América (séc. XVIe XIX).....	19
Figura 2 – Imagens do filme “a procura pela liberdade”	20
Figura 3 – Negro sendo chicoteado no tronco	22
Figura 4 – Mãe fantasiou o filho de escravo para festa de halloween	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Castigos e torturas aplicados ao negro escravizado.....	23
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPN: Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as)

FNB: Frente Negra Brasileira

MNU: Movimento Negro Unificado

UFT: Universidade Federal do Tocantins

TEN: Teatro Experimental do Negro

SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL: DO SEQUESTRO DE ÁFRICA À CHEGADA AS TERRAS DE SANTA CRUZ.....	15
2.1 Tecendo ¹ a história: do sequestro à chegada nas Terras de Santa Cruz.....	16
2.2 Corpos em ruínas, castigos e resistência sob os efeitos da escravidão	21
2.3 O fim da escravidão no Brasil: da exclusão dos negros à mitificação da Princesa Isabel.....	27
3 RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES	31
3.1 Afinal? O que é Racismo?	31
3.2 A Educação e a dinâmica do racismo	33
3.3 Como a educação pode ser usada para (de) colonizar.....	36
3.4 Negro, Arte e (Re) Existência: como o negro pelas artes vem resistindo ao racismo. .	38
4 A MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO	41
4.1 Nas margens da sociedade, ouve-se vozes e protestos: o nascer do movimento negro.....	41
4.2 O movimento Negro.....	42
4.3 Mulher negra na educação: a representação de Beatriz Nascimento na invisibilidade acadêmica.	45
5 O ENSINO DE ARTE E A CULTURA AFRO BRASILEIRA E A LEI 10.639/03	47
5.1 Entre a norma e a prática da Lei 10.639/03: Uma lei da História e Cultura afro brasileira.....	47
5.2 O Ensino da Arte: Mediações, potencialidades para visibilidade da cultura afro brasileira.....	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Quando criança, nos finais de semana, costumava sentar na porta de casa, e avistando a paisagem dos morros e serras que a vida na roça me proporcionava, muitas das vezes, buscava compreender os fatos e acontecimentos que acometia a nós, negros, no espaço escolar. Por várias vezes, era possível perceber a indiferença no olhar, o desprezo de muitos, e sinceramente, pouco entendia, afinal era só mais uma garotinha do campo, rústica e arrogante, era a forma a qual entendia como defesa. Foi na escola que compreendi, os males da vida perversa que dava a nós, negros, a escola sempre foi um campo para a adversidade, lá acontece os maiores casos de abusos, aborrecimentos e preconceitos. O racismo sempre foi presente, embora muita das vezes, procurava alternativas para mapear a dor e o sentimento acometido, quando, se escutava uma crítica relativa ao nosso cabelo, nosso nariz, boca, os dias de tranças raiz, era de fato os dias mais cansativos, a cabeça virava palco de piadas.

Ser negro neste mundo, não era nada bonito, pois, lágrimas insistia em cair, quando situações atingia nossa cor, nossos traços, tudo em nós incomoda de tal forma, que recebemos pedradas, e nisto, não tínhamos representatividade, pensava, porque somos diferentes, e porque meus professores são sempre brancos. Tínhamos a representatividade nas camadas mais pobres, nos cargos mais corriqueiros, cozinheira, lavadeira, pedreiro, e nada mais. E isso, levava-me a pensar nas extremidades de ser negro, pois, na escola, sobre o negro, nos ensinava sobre escravidão, corpos castigados pela perversidade humana branca, aprendíamos e sentíamos na pele tamanha dor. Na memória trazemos a lembrança que o sujeito negro foi no passado, e sua representatividade em meio ao mundo, foram caminhos sofridos, subordinados pela cultura dominante escravocrata, que na atualidade impregna a ideologia e potencializa a estética branca. Era preciso, estabelecer o reencontro, pois, temos em nós, a marca da invisibilidade, pois:

Negros e negras, foram considerados uma presença útil, mas invisível e incomoda. Estigmatizados como preguiçosos, folclorizados em seus aspectos culturais tiveram sua alteridade negada por aqueles que mais precisavam deles (a). Ir ao encontro dos afro-brasileiros significa ir ao encontro de tudo aquilo que lhes foi negado, dos valores que permeiam suas vidas, que fazem deles gente, etnia e povo. (OLIVEIRA, 2015, p. 19-20).

Hoje, mulher, mãe, acadêmica, consegui responder as indagações da menina que fui, como reflexo da mulher que quero ser, e como posso transformar pensamento massacrados pela visibilidade do racismo, e todo esse caminho nos possibilita transformar e agir ao nosso redor, para a constituição de um mundo agradável e amável aos nossos filhos. Trançar linhas de

verdade neste estudo, consagrou em momentos importantes, pois, falar da nossa história, a partir de uma voz negra, voz de quem carrega na pele e no corpo as marcas causadas pela dívida histórica da escravidão, e ter, nessa experiência a presença e contribuição de um orientador negro, construímos, assim linguagens advindas de vozes que se reconhecem, que compreendem a exatidão da problemática do racismo. Negros, caminhando, para narrar a verdades dos fatos.

Deste modo objetiva-se, nas linhas que se transcreve neste trabalho, a evidência da história do negro, da diáspora, da construção de ações estabelecida pelas relações da colonização, o caminho percorrido, as lutas e resistência até a consagração da abolição, a liberdade sobre correntes invisíveis, caracterizadas nas marginalizações do sujeito negro. As mobilizações, do movimento negro, a educação e a representação da mulher e a arte negra e suas manifestações, construindo pontes para a visibilidade da cultura, da religiosidade e da diáspora negra.

Tomando por base, a pesquisa bibliográfica, na qual, pudemos levantar acervos literários, teóricos que contemplasse este estudo, estabelecendo, assim um embasamento teórico articulando com os conceitos teóricos, uma relação dialógica. Desta forma, a análise resultou em fontes em acervos de estudiosos do assunto em foco, ou seja, na perspectiva teórica de Costa (2008); Gomes (2003); Gilroy (2001); Lopes (2016); Fonseca (2004); Nascimento (2004) Oliveira (2015); Mattos (2007); Santos (2013), Schawarcz (2004), entre outros, mais precisamente ao focalizarmos nos acervos de grupos de militâncias negras (Geledés – Instituto da Mulher Negra/SP; Blogueiras Negras) a fim de ratificar a nossa tese da invisibilidade do negro na educação e nas artes.

Portanto, a estrutura deste trabalho, tem sua divisão em quatro capítulos. No primeiro capítulo, temos a narrativa sobre a historiográfica do negro, enquanto sujeitos impostos a escravidão, cuja descrição se perpassa pelos castigos, resistências, mobilização, a história do negro, sobre o viés da diáspora negra, a partir da ruptura até a chegada na colônia Terra de Santa Cruz. O segundo capítulo, constrói-se, na constituição do conceito de racismo e seus feitos sobre a sociedade negra, caracterizando o racismo e suas respectivas manifestações, a educação como ponte para (de) colonizar a sociedade dos maus feitos da escravidão, como também a (re) existência do negro através das linguagens artísticas como resistência ao racismo.

No terceiro capítulo, a presença da mulher negra no contexto educacional e acadêmico, verberando, a representação de Beatriz do Nascimento, e a trajetória do movimento negro no alcance dos direitos do negro. No quarto e último capítulo, consagramos, os conceitos frente a lei 10.639/03, construindo pressupostos sobre a importância do ensino da história da África e culturas afro-brasileiras, e o ensino da arte e suas mediações e potencialidades na construção

de conhecimentos acerca as matrizes africanas, através da arte contemporânea, efetivar ações que transcenda as manifestações racistas, a fim de criar a valorização e reconhecimento do povo negro e sua herança cultural.

2 A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL: DO SEQUESTRO DE ÁFRICA À CHEGADA AS TERRAS DE SANTA CRUZ

Em significância, ao meu povo, que ao longo dos anos, tem construído uma história caracterizada pela dor, luta e resistência, este capítulo se aventura a tecer os fios da história que perpassa o sujeito negro, e quando digo, aventura-se, digo no sentido, de ser forte ao ponto de voltarmos ao passado, e reviver a dor, pois, falar de escravidão, é sentir na pele o desamor da espécie humana e suas concepções de construções de superioridade e inferioridade. Traça-se, aqui, os caminhos tortuosos e torturantes, da vida pregressa de negros escravizados, fugitivos, resistentes, que suportaram a amarga vida constituída a partir da ruptura dos laços culturais até o destino nos portos da Terra de Santa Cruz.

Terra de Santa Cruz, não é um termo qualquer, neste estudo, refere-se à relação direta como a dicotomia colonizador/colonizado, tem relação direta com a colonização branca e cristã sobre o negro, que se configura na diáspora negra. Com base nos pressupostos de Gilroy (2001), compreende-se por diáspora, uma redefinição da história do pertencimento, pois, transcende a sequências dos vínculos informativos entre lugar, consciência e posição, que conseqüentemente rompe com o poder do território para definir a identidade, nisto, descreve que através da diáspora “poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas egeoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem“ (GILROY, 2001, p. 25).

De acordo com Oliveira (2015, p. 59) a arguição sobre a diáspora, significa falar de dispersão e de fragmentação, como também nos permite construir e ressignificar identidades e corporeidades dispersas, fragmentadas pela prática do etnocentrismo, assim, compreende-se que a imposição dada pela colonização modificou as estruturas culturais, econômicas, sociais, políticas e religiosa dos africanos. Portanto, construímos em “A história do negro no Brasil: do sequestro de África a chegadas as terras de Santa Cruz”, talvez aquilo que podemos chamar dos sabores da vida designada ao negro, que se perpassa pela colonização até as desumanidades articuladas pela escravidão. Assim, lhes convido como sujeito negro, reviver, e tornar a sentir as motivações das dores que nos inflama até dias atuais, e ao sujeito branco, a visualidade da ação da raça branca sobre a vida do outro, do negro, e a partir do que ver, compreender a necessidades de estabelecer respeito, paz a aqueles que trazem na alma, no corpo a transfiguração da dívida histórica.

2.1 Tecendo¹ a história: do sequestro à chegada nas Terras de Santa Cruz

As narrativas pertinentes nos livros didáticos de história, tece nossos pensamentos mediante tamanha injustiça que se persistiu por mais de 300 anos, e ainda persisti na supremacia da cor branca, e nas ideologias existentes na sociedade dos dias atuais, que se perpassa mediante a prática dos preconceitos e injúrias raciais, aqueles que são caracterizados pela melanina de cor escuro, ou melhor, a nós, os negros deste Brasil. Compor argumentos que enlaçam a história do negro no Brasil, é mergulhar na imensidade dos fatos e relatos, e ver nas imagens a transfiguração da dor, do sofrimento, e se reconhecer diante dos fatos, e se vê como protagonista participante de toda uma história.

A história do nosso povo, perpassa por um cenário de ambição, da exploração, da ruptura do ser, da cultura e da liberdade. Para se compreender a história do negro no Brasil, é preciso compreender que, tudo tem seu começo, a partir da descoberta das terras brasileiras. Em nosso processo de alfabetização, aprendemos através dos registros pertinentes nos livros de história, que em 1500, Pedro Álvares Cabral descobriu a existência de uma terra habitada por povos indígenas. A este povo foi dado a privação da vida, tornando, pois, seres explorados e escravizados² pelos portugueses, a partir colonização que se instaurou para o enriquecimento comercial da Europa.

[...] os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do paubrasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas” comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 40).

¹ O termo “tecer”, parte da mentalidade que se efetiva na minuciosa e detalhada descrição frente ao contexto da história do negro, cujo objetivo se presume na concepção de enredar e entrelaçar recursos diversos de forma a organizar e ornamentar detalhadamente os pressupostos relativo à história dos nossos ancestrais, o povo negro.

² Condição dada sob dominação. O termo escravizado, aqui utilizado, vem como condição dada ao negro durante a construção histórica e escravista do Brasil, os negros sofreram a escravidão. O Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Aulete digital, o termo “escravizado” é denominado como aquele “Que se escravizou, sofreu escravização”. Disponível em:

Nas terras que mais tarde chamaria de Terras de Santa Cruz, os índios foram escravizados, e em termos de escravidão, sabe-se, que os grupos indígenas sofreram os suplícios e extermínios, contanto, nas linhas gerais da escravidão do Brasil, a figura do negro é a evidência mais forte. Na terra de Santa Cruz, criaram e massacraram o homem negro em sua existência, na diáspora, rompeu-se a identidade negra. O negro africano na terra do colonizador (Terras de Santa Cruz), sofreram as mais fortes dores do martírio configurada no ser negro em vida, porque a falta de indulgência para estes pobres seres era notória, percebidos como sujeito sem alma, há que se posicionava e justificava a escravidão negra.

Nos apoiadores desta nefasta história de escravidão, podemos destacar a igreja Católica, que via na legitimação da ocupação de novas terras, o propósito da ação missionária, e nisto, mantinha uma relação estreita com a corte portuguesa, e “dessa forma, a Igreja surge como principal legitimadora das ações das Coroas Ibéricas, incluindo a escravização dos africanos (COSTA, 2008, p. 03), estabelecendo, assim a união da cruz e a espada, na falácia ideológica em serviço da fé. A justificação da escravidão, se legitimava através da congruência, entre ambas instituições, em favor de seus interesses, utilizando do contexto bíblico a justificativa do ato de escravizar povos negros, construindo assim, a imagem do negro com inferior, se abstendo até da falácia do negro não ter alma. No filme “12 anos de escravidão”, em uma das cenas, podemos ver o senhor de escravos utilizar passagens bíblicas, para justificar a condição do negro, e ainda, para justificar os castigos atribuído a eles, construindo a ideia de repreensão e opressão ao negro fugitivo. Consequentemente, a maléfica visão do negro, sem valor, sem alma, comparados a animais selvagens, sem liberdade e direitos, “mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa” (FAUSTO, 2006, p. 54).

Deste modo, a concepção de escravidão, historicamente, leva-nos a perceber a presença do negro, pois, construíram argumentos e ações que permitiram sua legalidade por séculos, certo que, a história na evidência em suas referências a sobreposição de gravura de homens e mulheres negra. Nesta perspectiva, Ratts (2006, p. 66), descreve que:

Por conta das imagens que se sedimentam ao longo do que convencionamos chamar de História, o corpo negro é, em parte, o corpo raptado em África, jogado em porões de navios negreiros, acorrentado em senzalas, obrigado a trabalhos forçados; o corpo vestido de algodão cru ou de rendas, mas descalço porque escravizado, que se movia das cozinhas para as ruas.

E é partindo deste pressuposto, que a pesquisa deste estudo, busca dar evidência e ênfase da escravidão do negro no Brasil, descrevendo os fios que tece essa história de desumanidade, e mais, precisamente, de ruptura da cultura negra. Nos termos, históricos, a escravidão é

percebida como a maior instituição da história, mais longeva, surge no período colonial perdurando por mais de 300 anos, fortificada ao longo da formação do Brasil nos termos econômicos, sociais, políticos e culturais, uma verdadeira complexidade que marcou a historiografia brasileira. De acordo com Ratts (2006):

Os Europeus descobriram ainda no século XV que a maior fonte de riquezas era o tráfico escravista. O Brasil passou a ser o maior receptor desta “mercadoria” nos meados do século XVI. Decorrente da procura de escravos intensificou-se a penetração interior, geralmente organizada pelo rei do Congo que orientava os ataques dos portugueses (p.117).

Acerca de registros iniciais referente a chegada dos primeiros negros escravizados, Moura (1992, p), ressalta que “[...] isso se dá por volta de 1549, quando o primeiro contingente é desembarcado em São Vicente, D. João concedeu autorização de modo, que cada colono importasse até 120 africanos para suas propriedades”. (MOURA, 1992, p. 7-8). De acordo com, o site de militância negra, conhecido por Geledés, destaca que “A escravidão negra foi implantada durante o século XVII e se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo, pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo”. (GELEDÉS, 2014, p. 01).

Figura 1 – Negros capturados na África e destinados ao trabalho escravo na América (séc. XVI e XIX)



Fonte: <http://ultradicass.com.br/como-eram-os-navios-negreiros-que-traziam-os-africanos-para-o-brasil/>

Assim, os negros africanos, eram sequestrados de sua terra, levados até o litoral, ficando condicionados em galpões a espera de um navio negreiro, “eles passavam quase todo o tempo

acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais, ou símbolos dos proprietários”. (MATTOS, 2007, p. 100). Conforme aponta Mattos (2007), podemos observar uma relação no discurso de Lopes (2016, p. 12):

Nos escuros porões dos navios, o espaço era reduzido e o calor, quase insuportável. Além disso, a água era suja e os alimentos insuficientes para todos. Devido os maus tratos e as péssimas condições do transporte, calcula-se que entre 5% e 25% dos africanos morriam durante a viagem.

Essa era a realidade vivenciada pelos negros, na travessia do oceano Atlântico, transportados nos navios negreiros, que mediante a essas condições desumanas e miseráveis muitos chegavam ao óbito, fato este que, “os navios negreiros eram chamados de “tumbeiros”, como se designassem grandes tumbas ou túmulos flutuantes, em decorrência das altas taxas de mortandade infligida aos africanos aí transportados”. (LOPES, 2016, p. 12, grifos do autor).

Buscando compreender humanamente e em sentimentos, há documentários ou filmes que procura evidenciar a configuração que representou a realidade dentro dos navios negreiros, ou tumbeiros, considerando, pois, toda a mortificação do ser negro em sua existência, pois, ser capturado e lançados ao interior dos navios, sem esperança e perspectiva de vida, levava o negro, agora escravizado, a pensar e agir com tristeza e dor.

Figura 2 – Imagens do filme “A procura pela liberdade”.



Fonte: Adaptação (imagens retiradas do filme “A procura pela liberdade”)

Nas imagens acima, vemos uma caracterização da representatividade que nossos antepassados viveram, o sofrimento visível no corpo e na mente, seres capturados pela ganância humana, escravizando o africano e marginalizando a cor, nesta desumanidade, “o homem branco, enxergava nada além de braços, força e riqueza a partir do trabalho escravo. Contanto, os navios negreiros que aqui chegaram traziam mais do que braços escravos para trabalhar. Em seus porões, viajavam também culturas, idiomas, religiões e técnicas”. (SOARES, 2013, p.111).

A chegada nos portos brasileiros, os negros sobreviventes da travessia, eram retirados dos portões e repartidos em lotes ou grupos, misturando assim as tribos, diversificando o grupo linguístico e cultural, o que, na verdade era uma forma, ou estratégia, para que os negros não tivessem comunicação entre si. “Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos para a América como escravos, sendo 4 milhões para o Brasil. As principais etnias desembarcadas aqui foram a dos sudaneses e a dos bantos” (SOARES, 2013, p.110).

Em terras e culturas estranhas, sua função agora, era servir em meio a servidão, sobre os reflexos dos maus tratos, o negro de indivíduo liberto nas suas terras, tornou-se mão de obra nas plantações de tabaco, cana-de-açúcar, nos engenhos, minas, transformou-se em mercadoria barata, cujo valor se estabelecia na venda, leilão, doação e aluguel, em terras estranhas, longe de suas origens, longe de seu espaço, da sua terra, distante da África. Agora, pois, povos escravizados, distantes dos reinos, da religiosidade, ceifados de gritarem suas dores, sua cultura e fé, de reis à escravos, “tirou-se do negro tudo: sua liberdade, sua moralidade, sua cultura e até sua fé” (ANJOS, CASSIANO, 2018, p. 306), pois, antes de serem aprisionados, parte destes negros e negras, que aqui foram escravizados, eram reis e rainhas em suas tribos e clã.

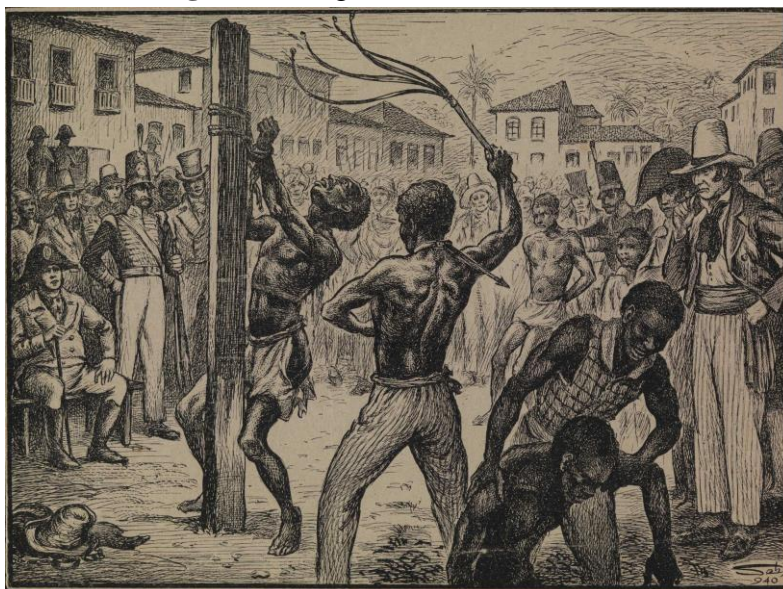
Grande parte destes homens e mulheres escravizados, no continente africano, eram figuras importantes, que abarca toda a historiografia dos grandes reinos africanos, desde a cultura à economia, pois, “o continente africano além de ser o berço da humanidade é, também, o das civilizações” (FONSECA, 2004, p. 60). Em relação ao contexto dos reinados africanos e sua relação com a escravidão no Brasil, temos figuras importantes, que antes de se tornar escravo, era rei numa das localidades do continente africano, nesta perspectiva, é válido enfatizar o rei do Congo (Galanga), que no Brasil ficou conhecido por Chico Rei, na condição de escravo. Chico Rei foi um “lendário líder negro que foi aprisionado na África, no início do século XVIII, na chegada ao Brasil foi vendido como escravo. Da viagem só sobreviveram Francisco e seu filho, sendo encaminhados para trabalhar como escravos nas minas de Vila Rica, Minas Gerais”. (MOURA, 2004, p. 99). Portanto, traçavam-se assim, os infortúnios dias vividos pelos negros africanos, condicionados aos maus tratos, exploração, privação e castigos, em favor do desenvolvimento e economia da colônia brasileira.

2.2 Corpos em ruínas, castigos e resistência sob os efeitos da escravidão

Durante o período escravocrata no Brasil, os negros escravizados³, sofreram inúmeros atentados a vida, como forma de repreensão e castigos, configurada na maldade humana, na maldade da superioridade da cor, da hegemonia branca. Agora, na condição de escravo, o negro trazia no corpo os traços rústicos palpáveis pela simplicidade e algodão, basicamente composto por calça, camisa, saia e blusa de chita, caracterizando de igual forma a situação e condição de miserabilidade. Uma grande ruptura, pois, no continente africano, os negros em seus hábitos e cultura, apropriava-se do uso de indumentárias coloridas. Com a ruptura cultural, em solo brasileiro os negros usavam as roupas impostas por seus proprietários, na qual, há a percepção de sujeito sob subordinação. Os caminhos percorridos pelos negros, em sua trajetória, em terras estranhas, se caracterizaram por sofrimentos, lutas e muito sangue. Embora, sejam histórias contadas com lacunas, fragmentos impostos, sabe-se que, em toda a história da negritude nos feitos da escravidão, é que negros motivaram seus dias, por meio “resistência”, uma verdadeira pedagogia da sobrevivência.

No período da escravidão, sabe-se que inúmeros eram os abusos sofridos pelos negros, pelas mãos dos senhores e feitores, além da dura rotina de trabalho, caracterizada pelas longas jornadas, e o negro que não se submetiam as condições impostas do trabalho, eram condenados a severas punições.

Figura 3– Negro sendo chicoteado no tronco.



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1548012/icon1548012.jpg

³ O termo, “negros escravizados”, será usado no decorrer da transcrição deste estudo, uma vez que, acreditamos ser o termo correto, pois, sabe-se que a condição de escravo aos negros foi sob condição de domínio, em que os mesmos sofreram a escravidão. Assim, evita-se assim o termo de descendente de escravo ou escravo, certo que ninguém nasce escravo, é feito escravo.

Situações estas, visível através das grandes obras de Artes, expostas nas pinturas, demonstrando de igual forma as diversas punições sofridas, desde o tronco, acoites das chibatas, os calabouços agregados a sujeira, além da castração, amputação e mutilação dos membros do corpo. De acordo com Moura (1992), em relação aos castigos vivenciados pelos negros, no período escravocrata no Brasil, havia um tipo de punição e tortura, neste sentido, Moura (1992), enfatiza que “a imaginação dos senhores não tinha limites, e muitos criavam os seus métodos e instrumentos próprios de tortura.” (p.17).

Nesta perspectiva, Moura (1992, p. 17), ressalta que de modo geral os principais instrumentos de tortura, aviltamento ou disciplina de trabalho dada aos negros, se caracterizava conforme destaca na tabela a baixo:

Tabela 1 – Castigos e torturas aplicados ao negro escravizado.

Instrumento de captura	Correntes. Gonilha ou golilla, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, machos, cepo, corrente e peia
Instrumentos de suplicio	Mascara, anjinhos, bacalhou, palmatoria
Instrumento de aviltamento	Gonilha, libambo, ferro de marcar, placas de ferro com inscrição infamantes

Fonte: Adaptado por Moura (1992).

Então, estes eram os instrumentos de tortura, que se usava para constituição do sofrimento do sujeito negro, enquanto escravo, o chicote, o tronco, a máscara de ferro, o pelourinho, foram durante décadas, os recursos justificados para a materialização da dor e sofrimento do nosso povo, da nossa gente. É doloroso, ver e imaginar tamanha monstruosidade, que mal fizemos nós, negros? Para receber tamanho castigo? E nisto, percebemos a quão terrível e tamanha é a maldade humana. Essas práticas foram também eficientes mecanismos de exploração, dominação, exploração e controle sobre o corpo e mente de milhões de negros (SANTOS, 2013, p.05). Assim, resumidamente, temos estes instrumentos e sua aplicabilidade de tortura: o tronco, consistia em um pedaço de madeira retangular, aberto em duas metades, com buracos com espaço para cabeça, pés e mãos, em sua aplicabilidade, “abriam-se as suas duas metades e se colocavam nos buracos o pescoço, os tornozelos ou os pulsos do escravo, após o que eram fechadas as extremidades com um grande cadeado” (SANTOS, 2013, p.06). Ainda, de acordo com (LARA, 1998, P.73-74 apud SANTOS, 2013, grifos nossos), temos a caracterização dos instrumentos: “vira-mundo”, instrumento de ferro, de tamanho menor, porém, com o mesmo mecanismo e as mesmas finalidades: prender os pés e mãos dos escravos

(p. 7). Cepo: “consistia em um grosso tronco de madeira que o escravo carregava à cabeça, preso por uma longa corrente a uma argola que trazia no tornozelo.” (p.7).

No Brasil, o instrumento “libambo” tinha sua especificação voltada para punição relativa aos negros capturados das fugas, nisto, o instrumento prendia “o pescoço do escravo em uma argola de ferro, de onde saía uma haste longa, também feita de ferro, que se dirigia para cima ultrapassando o nível da cabeça do escravo. Esta haste terminava em um chocalho ou em bifurcações de pontas retorcidas (LARA, 1988, p. 73-74, apud SANTOS, 2013, p.7). Santos (2013), ainda destaca os pelourinhos, que se tratava de colunas de pedra, velhas tradições romanas, que se erguiam em praça pública. Na parte superior, esta coluna tinha pontas recurvadas de ferro, onde se prendiam os condenados à forca. Mas o pelourinho tinha outros usos, além do da forca. Neles eram amarrados os escravos condenados à pena dos açoites. (p. 08). Além destes, há tantos outros, conforme destaca na tabela acima, a verdade, é que são tantos instrumentos desumanos, que ao passo de cada escrita, temos a materialização da dor, sofremos na imaginação do sofrimento da nossa gente.

Com base nos posicionamentos de Moura (1992), é notório que as práticas abusivas dos senhores contra os escravos, eram justificadas como necessidade de exemplificação aos outros escravos e geralmente recaía sobre os cativos velhos e sem expressivo valor econômico. Nesta perspectiva, acerca da aplicabilidade dos castigos, sabe-se que:

Difícilmente um escravo não morreria em consequência desse número excessivo de golpes desferidos. Se não morresse pela hemorragia provocada ou pela intensidade da dor sentida, morreria em decorrência de prováveis infecções surgidas nas chagas abertas, já que as condições higiênicas da época, mais precisamente das senzalas urbanas e cadeias públicas, eram muito precárias (SILVA FILHO, 2006, p. 118-119).

O negro, estava condicionado as mazelas atribuídas aos castigos sofridos, e pela falta de higiene em volta das senzalas, por isso Silva Filho (2006) enfatiza que dificilmente um escravo não morria, mediante as condições que viviam, mas também, sabemos, que as práticas de curas da cultura africana, muito contribuiu para a cura das feridas físicas de muitos escravos, a prática das curandeiras que, “sabiam preparar tisanas, cataplasmas e unguentos que aliviavam os males corriqueiros.”(NEVES, 2012, p. 98-99). Até, vemos tanta desumanidade, difícil é saber que ainda havia outras mazelas, as mulheres negras e escravizadas “eram bastante vulneráveis a estupro”. (DIAS, 2012, p. 361), passava pela exploração sexual, estupro, no interior das senzalas. Grandes foram os açoites físicos e da alma, que os negros escravizados vivenciaram,

principalmente as mulheres, a qual foram exploradas fisicamente, como também tiveram sua alma, destruídas pelo abuso, estupro e castigos.

E mediante a tanto sofrimento, é que era possível ouvir a lamúrias entoadas nos cânticos negros, que murmurava o som melódico da dor, a representação do que viviam em forma melódica e canção. A mesma melodia, que John Newton, se atribuiu para fazer uma canção que declarava a condição humana como miserável, mediante as práticas desumanas realizadas, são também as mesmas melodias dos cantos *vinssungos*⁴, os cantos que contam uma história. Apesar dos maus tratos, os negros escravizados, buscaram forças e formas de resistências, neste sentido, de acordo com (RATTS, 2006, p.116) “numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica” (RATTS, 2006, p.116). Buscando muitas das vezes prejudicar as produções dos seus senhores e também, adentravam em profundo sentimento de nostalgia, tristeza capaz de levar a morte⁵, por não suportar a perda dos laços culturais de sua terra.

Como prática de resistência dos escravos, sabe-se que “assassinato dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo esse período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo”. (MOURA, 1981, p. 13-14). No período histórico, que demarca a escravidão brasileira, um dos processos de resistência articulado pelo negro, tem-se a ocorrência dos quilombos. *Kilombo*, palavra originária da língua banto, remete a uma experiência da diáspora africana. Dessa forma, entende-se por quilombos “[...] como uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada a participação de outros segmentos da população com os quais os quilombolas interagiram em cada país” (BRASIL, 2012, p.5 apud RATTS, p. 116).

De acordo com Leite (2000, p. 336) “Kabengele Munanga, ressalta que o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”. Deste modo, os quilombos referem-se a representações de luta, resistência ao sistema escravista, atuando em diferentes momentos histórico-culturais, sob a perspectiva política ideológica inspirada e liderada pelos negros africanos. As fugas

⁴ Cantigas em língua africana ouvidas outrora nos serviços de mineração” e ainda hoje presentes em diversas situações da vida cotidiana dos habitantes de alguns povoados de Minas Gerais. Seja no trabalho nas minas ou no trabalho dos terreiros, nas brincadeiras ou no cortejo dos enterros, os negros escravizados preservavam sua cultura à revelia dos senhores, através da música. (FREITAS; QUEIROZ, 2015, p. 06)

⁵ O termo *banzo* era usado pelos africanos, na época da escravidão no Brasil, quando eles queriam dizer que estavam com saudades de sua terra natal, que estavam muito tristes, diziam estar *banzos*.

constituíram a maior expressão de resistência do sujeito negro escravizado, pois, as experiências do quilombo mantêm-se vivas até hoje por meio da presença das comunidades de remanescentes quilombolas. Atualmente, existem no Brasil 1826 áreas certificadas. Em Goiás, são 22 áreas distribuídas em todas as regiões do Estado. (RATTS, 2006, p.116). Deixando, assim um legado de sobrevivência e resistência em favor da libertação negra no território brasileiro.

E mesmo diante de tantas resistências, embora uma lei de libertação foi sancionada, ainda assim, ao longo dos anos no pós-abolição escravista, negros e negras no país e no mundo sofrem as amarradas da escravidão, perpassada pelo racismo e demais estereótipos condicionados a cor da pele negra, e esses mesmos, ainda resistem e clama pela liberdade autêntica. Na atualidade, somos vítimas de um sistema eurocêntrico, desenhado por linhas brancas que destrói e derruba corpos negros. No século XXI, o século da modernidade e revolução tecnologia, ainda se vê, corpos negros caindo, sobre a mira balística do racismo, do poder estrutural colonial. Ainda somos escravos, neste novo tempo, nessa sociedade egocêntrica, em que, homens, mulheres, jovens e crianças negras morrem, o maior o extermínio da juventude negra. Em passos estreitos, o corpo negro continua sendo evidência, as mídias vorazes mostram-nos vários casos acometidos de racismo e injúria racial, como o caso do jovem negro morto pelo segurança de mercado, ou os casos da menina Aghata Félix, Amarildo e tantos outros sobre a mira dos holofotes racistas.

O caso de Pedro Gonzaga, ocorrido no início deste ano, a qual se remete a morte de um rapaz que levou um mata-leão de um segurança no supermercado Extra (filial) na Barra da Tijuca Zona Oeste do Rio de Janeiro. Na internet se assistia grande alvoroço, protestos através das hastags #Acarnemaisbaratadomercado, #vidasnegrasimportam, se configuram em cenas de um país cefálico colonial ainda em evidência. Ainda, nas principais notícias do G1, no mês de setembro do corrente ano, acompanhamos o caso de “uma menina de oito anos morreu, nesta sexta-feira (20), após ser baleada na comunidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro”⁶, em que os indícios, relatos de testemunhas, os disparos tenham sido durante operação da PM. Outro caso, que nos mostra configuração de corpos caídos pela legitimação do racismo, tem-se, a história de Amarildo Dias de Souza, morador na Rocinha, favela na Zona Sul do Rio de Janeiro, que desapareceu depois, de ser detido por policiais militares e ser levado para a Unidade de Polícia Pacificadora, entre 13 e 14 de julho de 2013.

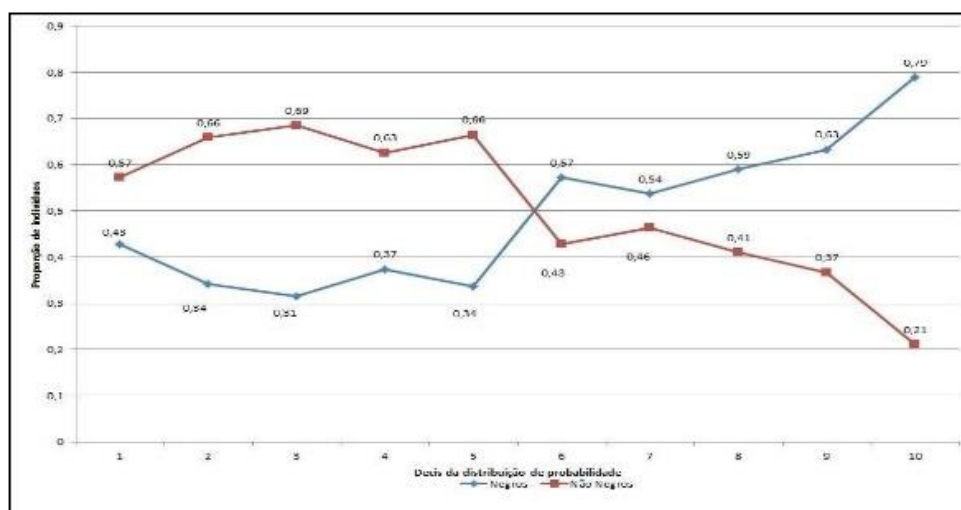
⁶ Noticiário do G1. Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/menina-de-8-anos-morre-baleada-no-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 12/10/2019

A verdade é que o desaparecimento de Amarildo, simbolizou como mais um caso de abuso de autoridade e violência por parte de militares, pois, era só mais negro, pobre da favela, percebido e confundido com bandido pelo simples fato de ser negro. E assim, são tantos casos de morte, de corpos negros sangrentados jogados ao chão, decorrente da mira balística da ação militar que o hábito de confundir cidadãos negros com suspeitos criminosos. Questão essa, tão séria, que tão pouco vemos um jovem, ou homem sendo preso por branco pobre no Brasil, ou se são confundidos com bandidos? E diante de tantos casos como estes, que os movimentos negros se levantam todos os dias em favor dos direitos, sendo, pois, resistência, reivindicando e denunciando as mazelas que decorre do sistema colonial ainda enraizado nas esferas sociais e políticas do nosso país.

O caso Marielle Franco, tem sido a longo prazo, uma das mais fortes manifestações frente a ação mortífera na comunidade negra, o movimento negro, tem se posicionado fortemente em favor da efetivação dos direitos humanos, pois, ainda não temos nosso devido reconhecimento enquanto cidadãos. Com base nos dados e estatísticas do censo demográfico do IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança, através do estudo Atlas da Violência, na evidência que 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil são negras, chegando, pois, numa taxa de mortes de 43,1 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de não negros é de 16.

De acordo com o Atlas da violência (2017), a partir das “bases de registro do Ministério da Saúde nas cidades brasileiras ao longo de 2017, ano em que aconteceram 65,6 mil homicídios, o equivalente a 179 casos por dia. Foi um nível histórico de homicídios”. (p .36), conforme nos é permitido verificar no gráfico abaixo:

Gráfico 1– Proporção de indivíduos/distribuição de probabilidade de ser vítima de homicídio.



Fonte: Adaptação de IPEA com base em Cerqueira e Coelho (2017).

As estatísticas transparecem o que sentimos na pele, ou seja, “o extermínio da juventude negra está envolto em uma causa perversa que permeia todas as outras aqui discutidas, a saber, o racismo que persiste em nossa sociedade desde os tempos coloniais.” (GOMES; LABORNE, 2018, p. 12). O genocídio da população negra, leva-nos a refletir na demanda penosa de sermos negros neste país, nossos corpos ainda estão caindo, deteriorados pela racialização, caracterizada pelas concepções brancas que nos racializam as condições inferiores, sob a condição das características fenotípicas que estabelece a discriminação e desigualdade. Por isso, negros e negras neste Brasil, continuam a levantar suas vozes e bandeiras como ato de resistência e luta em favor de mudanças necessárias para este cenário, pois, “o racismo é violento e produz violência. Uma violência que incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana” (GOMES; LABORNE, 2018, 13).

2.3 O fim da escravidão no Brasil: da exclusão dos negros à mitificação da Princesa Isabel

Os fios que teceram a narrativa histórica nos feitos que envolve o passado do sujeito negro no Brasil, foram os mesmos fios que perpassa pela grande exclusão de alguns feitos, da participação do negro em busca de liberdade até a mitificação de uma princesa branca em condolências a vidas miseráveis vivenciadas pelo negro no cenário brasileiro. Já sabemos que a escravidão no Brasil durou cerca de três séculos, ou seja, constitui a maior parte da história deste país. Mas, o que muitos ainda desconhecem, é que nos foi vendida uma história, em que a luta do negro escravizado, foi trocada⁷ pela benevolência de uma rainha branca e piedosa, tornando-se, pois, o maior personagem dessa triste história, e os negros meros coadjuvantes. De acordo com Souza, (2013, p.124) a Princesa Isabel é considerada uma das grandes heroínas nacionais. Certo que, nos foi ensinado a partir do livro didático, uma exaltação sobre seus feitos enquanto princesa redentora do povo negro. Confesso, que quando criança, enquanto sujeito negro, sob os holofotes do preconceito e racismo, dentro da escola, por várias vezes, ao

⁷ Conjugação da palavra “troca”, que de acordo com dicionário didático de Língua Portuguesa significa: “transferência da posse de uma coisa pela posse de outra; substituição ou colocação de uma coisa no lugar de outra” Fonte: RAMOS, Rogério de Araújo (Ed). Dicionário Didático de Língua Portuguesa: ensino fundamental 1. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2011. A palavra trocada no contexto da história e vida dos negros, sempre veio articulada como desvalorização, privação, como objeto dominado, colonizado, assim como o alcance do fim da escravidão foi trocada, assim também, o negro foi visto e compreendido, como modelo de troca, escambo, tratado como penhora, empréstimo, venda, objeto cujo valor se configurava na comercialização e riqueza do sujeito branco colonizador.

percebermos as evidências da história do nosso povo, por um longo e vasto tempo, acreditamos, que de fato, nossos antepassados, foram libertos através da mão redentora.

Deste modo, nos indagamos, afinal a abolição de fato foi um presente generoso da princesa Isabel? Ou um movimento encabeçado pelas elites? Ou resultado de movimento de mobilização? De acordo com os apontamentos de Lilian Schwarcz a abolição se perpassava pelo enfraquecimento da política da escravidão, uma vez que, o Reino Unido já não pretendia manter comércio com Brasil caso ainda houvesse escravidão. Assim, a monarquia brasileira, se viu a mercê da situação, “decadente e falida como sistema, a monarquia recuperava força no imaginário ao vincular-se ao ato mais popular do Império. A “realeza política” associava-se a uma “realeza mitificada”, quase mágica, senhora da justiça e da segurança”. (SCHWARCZ, 2014, p.01).

A verdade seja dita, a Lei Áurea, foi motivada e mobilizada, por uma ação participativa escrava, onde escravos e homens livres pobres passaram a ser vistos como sujeitos ativos da História, os escravos em favor do fim da escravidão, pois, “eles enfraqueciam a autoridade senhorial por meio de revoltas, fugas coletivas para quilombos abolicionistas, denúncias de maus-tratos e manifestações públicas em prol do fim da escravidão. A abolição tornava-se uma bandeira popular.” (NEPOMUCENO, MENDONÇA, 2012, p.81). Então, os verdadeiros nomes responsáveis pela efetiva assinatura da Lei Áurea, são estes que desempenharam no papel de abolicionistas, dentre os quais, podemos destacar Joaquim Nabuco e os negros Luís daGama, José do Patrocínio e André Rebouças, mas deve-se considerar ainda a atuação de outros grupos em prol da abolição, como escravos e populares. (NEPOMUCENO; MENDONÇA, 2012). Ainda, Maria Tomásia Figueira Lima, Adelina, Francisco José do Nascimento (Dragão do mar)⁸

Mas a verdade, é que ocultaram muitas verdades, fortalecendo a ideologia caracterizada no Brasil do negro como um ser desprovido do pensamento e do conhecimento. É doloroso pensar, que durante anos, acreditamos, que a luta do negro, estava restrita, a resistência caracterizada nas fugas e na constituição dos quilombos, demonstrando de tal forma, que negro, em sua malícia, só queria paz e sossego, por isso fugia das mazelas a qual estavam submetidos. É doloroso ver que os livros didáticos, exaltava e enaltecia o famoso 13 de maio de 1888,

⁸ O jangadeiro Francisco José do Nascimento foi herói da abolição no Ceará. Sua bravura no bloqueio do porto de Fortaleza, impedindo o embarque de escravos, rendeu-lhe o apelido de Dragão do mar. Em 25 de março de 1884, os abolicionistas da Corte levaram-no ao Rio de Janeiro para uma visita de 15 dias, com direito a desfile ao longo da cidade e festas em sua homenagem. O Dragão do Mar faleceu em 1914 em Fortaleza. Fonte: CEARÁ. Conheça a história de quatro nordestinos que lutaram contra a escravidão no Brasil. Ceará, Diário do Nordeste, 20 de novembro de 2018. Disponível: em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/online/conheca-a-historia-de-quatronordestinos-que-lutaram-contr-a-escravidao-no-brasil-1.2028270>>> Acesso em: 01/11/2019.

quando foi assinada a famosa e tão sonhada Lei Áurea, em que a princesa Isabel, recebeu o título de “A Redentora”, e desde então, “os livros, filmes e novelas sempre evocaram essa personagem como um exemplo de retidão e de amor ao próximo” (SOUZA, 2013 p. 124).

A partir desta perspectiva, é possível perceber nos sambas-enredos, a caracterização e demonstração em suas letras o contexto histórico que perpassa nosso país, a exemplo temos, o samba da mangueira de 2019 e Liberdade- liberdade, que trazem em si uma personificação do contexto histórico brasileiro, porém, a partir de perspectivas divergentes. Vemos no samba enredo “liberdade-liberdade”, essa percepção de mente colonizada, em que, enaltece a figura da Princesa Isabel como salvadora, uma vez que, compõe-se da história tradicional brasileira em conformidade como os livros didáticos, demonstrando a história a partir dos grandes feitos e a personificação da heroína dos negros. Já o samba da mangueira de 2019, traz em sua composição, nomes e momentos históricos que descreve nomes importantes para construção da identidade negra, como é possível analisar parte da letra que diz: “Brasil, o teu nome é Dandara/ E a tua cara é de cariri/Não veio do céu/Nem das mãos de Isabel/A liberdade é um dragão no mar de Aracati.”, demonstrada de igual forma, o verdadeiro sentido da historiografia da escravidão e os verdadeiros nomes enlaçadas na conquista histórica da liberdade.

Mas, hoje sabemos que ação dada e realizada pela herdeira e filha de D. Pedro II, acabou com “uma das maiores vergonhas que maculava a imagem do Império do Brasil, último País cristão ocidental” (SOUZA, 2013, p. 124), a tão esperada abolição. Porém, sabe-se que a abolição, eclodiu, mediante as manifestações abolicionistas no parlamento inglês, que, por fim efetivava o imediato fim do tráfico de escravos no Brasil. A partir da Lei Bill Aberdeen⁹ o estopim eclodiu, o governo brasileiro sentiu a pressão de pressão, e logo o tráfico negreiro foi extinto pela lei Eusébio de Queirós. E assim, tudo que colocava em risco a estabilidade política, levava os poderosos a legitimar legislação que encaminhasse para o fim da escravidão.

No tocante aos passos que levava para esse possível fim, e sob o burburinho e pressão abolicionista, na avenida brasileira, leis foram sancionadas, tais como a Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários, e por fim, em 1888 a abolição aconteceu e “para a memória da nação, a abolição da escravatura foi um ato piedoso de uma única mulher, uma mulher branca que, por vontade própria, colocou fim à vergonhosa submissão de um indivíduo a outro. A acalantada igualdade fora conquistada” (SOUZA, 2013, p.126).

⁹Lei aprovada em 1845 pelo parlamento inglês, a qual concedia poderes a Marinha Britânica a prender qualquer navio envolvido com o tráfico negreiro em todo o mundo. Disponível em: SOUZA, Rildo Bento. “Senhor Deus dos desgraçados”: escravidão, resistência e liberdade.

Contada desta forma, fica nítido a construção de história marcada pelo seu fim, uma história contada por brancos a sua maneira, disseminando a ideia que o Brasil não houve conflitos, que no processo de escravidão, o sujeito negro não foi tomado, pelo anseio da liberdade, sendo, pois, um país, sem ódio, sem preconceito, sem cor, um país harmonioso, excluindo assim o negro como partícipe de sua própria história. Mas a verdade, é que grandes rebeliões nasciam e intensificavam como resultante da participação do negro, em favor da abolição:

O movimento abolicionista, por sua vez, surgiu em 1879. Seu objetivo era ambicioso: acabar definitivamente com a escravidão no Brasil. Para isso, contou-se com uma grande mobilização popular. À frente do movimento, estavam: Joaquim Nabuco (1849-1910), principal representante parlamentar dos abolicionistas; José do Patrocínio (1853-1905), jornalista filho do vigário da paróquia de Campos dos Goytacazes com uma escrava; Ângelo Agostini, editor da Revista Illustrada; Luís Gama (1830-1882), advogado, filho de um branco com uma escrava; Antônio Bento (1843-1898), juiz e organizador do movimento dos Caifazes¹³ em São Paulo; André Rebouças (1838-1898), engenheiro, neto de escrava alforriada; Rui Barbosa (1849-1923), jurista, diplomata, político e escritor; Plínio de Lima (1845-1873), poeta, e Aristides Spínola (1850-1925), advogado e político. (SOUZA, 2013, p. 129).

E assim seguiram, até os tempos vindouros, e continuam através dos movimentos sociais, a luta constante pelo efetivo reconhecimento do negro e sua cultura nas esferas sociais. Buscando pela equidade, do respeito e da desmitificação e desconstrução acerca do negro e a cultura afro-brasileira.

3 RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES

A este capítulo, compõe-se as considerações frente a definição de racismo, e suas respectivas manifestações, como todo os atos e práticas que verberam para comportamentos preconceituosos, discriminatórios, pré-estabelecidos ao indivíduo cuja a melanina é escura, retintos e não retintos, pois, quanto maior é a intensidade da cor, intensa também será a dor, a negação, o genocídio da comunidade negra.

3.1 Afinal? O que é Racismo?

Para iniciar nossas indagações acerca do conceito de racismo e suas manifestações, é preferível destacar o prefácio deste assunto a partir dos vários aspectos do pensamento de Beatriz do Nascimento a respeito do racismo, que aproximadamente nos anos de 1974 e 1990, delinea as várias formas praticadas nas esferas e contexto social contra a população negra. Em seus posicionamentos, de acordo com Ratts (2006, p. Grifos do autor), ressalta que Beatriz do Nascimento denomina o racismo, como “um emaranhado de sutilezas” pode ser uma trama de fios finos e complexos, mas astuciosos. Quer dizer, tratado como velado ou mesmo inexistente, o racismo no Brasil se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos”.

Em seus pressupostos, Munanga (2001, p.8), destaca que o racismo consiste na tendência “em considerar as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”, ou seja, a crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação particular entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e a cultura. Na verdade, pode-se dizer que o racismo, torna-se basicamente uma invisibilidade ou rejeição do sujeito que é diferente de nós, isto é, o racismo é uma ilusão da superioridade. “O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Às vezes não por causa de suas características, mas por aquela pessoa pertencer a outro grupo” (LOPES, 2007, p. 19-20).

Neste contexto, Almeida (2008), corrobora ao destacar que o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta através de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens, ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (p.25). No Brasil as motivações do racismo estão relativamente vinculadas com o passado do negro, pois, a longa escravidão dos negros africanos foi vagarosa e irresponsável, cuja abolição aclamada no dia 13 de maio, não poupou

e tão pouco se preocupou na inserção do negro na educação e no mercado de trabalho, simplesmente marginalizou-os a sorte da sociedade.

Enquanto sujeito negro, arguir sobre racismo, é sentir um nó na espinha dorsal, é perceber o desvio de uma lágrima, pois, todo e qualquer negro pode sensibilizar, pois, um conhece a dor do outro, pois, entre fatos e relatos, não há se quer um negro que não tenha sofrido as agruras do racismo, seja ele velado pela condição estrutural, institucional e simbólico. Nas esferas sociais, o racismo se manifesta de divergentes formas, desde atos no contexto das relações individuais, estruturais e institucionalizadas, desde as ações perceptíveis de discriminação racial, como em comportamentos de omissão de injustiças resultante da condição étnico-racial. O racismo, acaba sendo, pois, gerador de múltiplas guerras, violências, desigualdades raciais, extermínio, intolerância religiosa, além de estar vela/do nas concepções preconceituosas e práticas de segregação, discriminação.

No tocante as expressões do racismo, tem-se o que conhecemos por institucional, a qual se configura em práticas racistas nos espaços públicos e privados, “isso faz com que negros, indígenas e imigrantes “não-brancos” sejam preteridos em relação à saúde, educação e, no tocante à segurança, torne-se alvo (está em curso um genocídio perpetrado contra a população negra e indígena) ou sejam negligenciados”¹⁰. Nisto, reforçemos que o racismo institucional tem sua expressividade nas relações de poder instituído, no descumprimento dos direitos e comportamentos discriminatórios, reforçando de igual forma a continuidade das desigualdades étnico-raciais. Outra manifestação de racismo, remete-se ao estrutural, “algo que perpassa todas as esferas de poder (públicas e/ou privadas); manifesta-se na política enquanto forma ou a arte de melhor governar, manifesta-se em políticas partidárias, políticas econômicas e na produção cultural. (GELEDES, 2016), nesta visão, percebe-se que o modo normal da existência do racismo a sociedade, faz com que “as responsabilizações individuais e institucionais por atos racistas não extirpem a reprodução da desigualdade racial”. (ALMEIDA, 2008).

Essa estrutura predominante, “manifesta-se na política enquanto forma ou a arte de melhor governar, manifesta-se em políticas partidárias, manifesta-se em políticas econômicas, manifesta-se na produção cultural” (GELEDÉS, 2016), da qual pode-se observar estruturas pertinentes na ausência de negros e pardos nas universidades, no contingente número de negro nos homicídios registrados, do negro e o índice nos encarceramentos, das negras e vitimização da violência obstétrica. Pensando no racismo estrutural, é fácil relacionar percepções com a realidade da qual vivencio, enquanto acadêmica em formação e negra, desde minha inserção no

¹⁰ Retirado de GELEDES. Fonte: <https://www.geledes.org.br/sobre-racismo-e-suas-multiplas-manifestacoes/>. Acesso em: 12/10/2019.

curso, notificamos que os números professores negros, dentro das universidades são singulares, é como se fossemos limitados ao fortalecimento de nossa representatividade. Chegar nos degraus finais da formação e ser oportunizada com a presença de um professor negro e tê-lo como orientador na construção do trabalho de conclusão, torna-se, uma expectativa tão gratificante, uma vez que, nos é permitido visualizar um negro, em lugares e posição que se estrutura de dominação e constituição branca, e isso é representatividade, é fortalecimento.

3.2 A Educação e a dinâmica do racismo

Na dinamicidade do racismo e a educação, perpassa pelo devaneio preconceituoso proveniente do círculo corrupto estabelecido na abolição, gerenciando concepções e atitudes racistas nas esferas sociais, acordado pela caracterização de educação formalizado, em que a figura do preto foi transcrita e exporta com inferioridade, certo que, após a escravidão, os negros escravizados não se tornaram cidadãos, e tão pouco houve correção monetária diante dos nefastos trezentos anos de escravismo, pelo contrário. Eles foram transformados de “escravos-trabalhadores” em “trabalhadores- escravos”, o que ocasionou dificuldades econômicas reforçadas pela “escolaridade inferior” advinda das “modestas condições” de investimento em educação com efeitos geradores de desmotivação para a população afrodescendente. (SANTOS, 2001, p. 61-177 apud FERNANDES, 2012, p. 167). Esta, então era a realidade dos negros após a consagração abolicionista, devido ao não conceito de cidadão, os maus tratos, e descendência histórica do negro, enquanto escravo, gerou um condicionamento do racismo junto as escolas, para aqueles sujeitos visto como inferiores. A realidade vivenciada nos processos curricular educacional, traz evidências da predominância racista e preconceituosa relacionada ao sujeito negro, formando estereótipos e imagens idealizadas de sujeitos que realizam a promoção do preconceito.

Infelizmente, é na escola que assistimos a prática do racismo, preconceito para conosco, os negros nesta terra. Lembro-me bem, da menina negra da roça, que teve que ir para cidade estudar, íamos à escola para crescer, para ter um futuro melhor, assim dizia nossos pais, mas a verdade é que a escola de certo modo, só nos causava dor, pois, era lá que sentíamos na pele a exclusão da pele, quantas vezes nos era dado palavras que nos tornava inferiores, perdidos, fora de seu ambiente natural, durante muito tempo, e não sabíamos que atitudes assim, era racismo, discriminação e preconceito, tudo que sabíamos era o tamanho da dor que tudo isso nos causava.

Pensar nos moldes de uma educação pautada pela predominância do racismo, temos o livro de didático, que grande parte se sujeitam a ideologia da inferioridade, evidenciando a ideologia do branqueamento, atribuindo ao negro a negatividade, e positividade ao branco, uma vez que, “o livro didático reproduz, em grande parte, através dos estereótipos, a ideológica da inferiorização das diferenças étnico-culturais”. (SILVA, 2010, p. 22).

São tantas as histórias que a mídia não pode transmitir, a exemplo, na cidade onde moro, por vezes ouvi o relato da minha prima, que caracterizava a escola como pior lugar, pois, se sentia tão pequena, e não entendia o significado das coisas que lhe acontecia, ainda criança com 06 anos, recebia tapas, beliscões, e palavras de inferioridade, e apanhava por ser preta, seu almoz, era branco, de família conceituada na cidade, tudo isso dentro da escola, os professores fechavam os olhos para situação, afinal ela era só mais uma negra. Outro relato interessante pronunciar, meu primo, quando criança, nas primeiras séries da 1.ª fase do Ensino Fundamental, por várias vezes sofreu agressão da professora, isso na década de 90, nos seus relatos, todos os dias a professora dava tapas, chamava-o de negro burro, e foi assim até o dia que ele estourou, e acabou agredindo a professora, suspendeu-a pelo pescoço, e declarou os motivos de seus atos, na verdade, ele cansou de ser agredido fisicamente e psicologicamente, e o mais triste desta a história, é que a professora era negra, porém, seus atos se processava como uma colonizadora da alta sociedade.

A cada dia vemos, indignamente vários casos de racismo, preconceito junto à comunidade negra, dentro do contexto escolar, e parte dos estereótipos vem da classe de professores, e outras pela omissão da instituição. A exemplo, temos o caso Adriele, aluna da Escola Municipal Joaquim Augusto Ferreira Mourão, que “foi vítima de ofensas racistas e ameaças de morte por parte de uma colega da escola Municipal Joaquim Augusto Ferreira Mourão”¹¹ (AMARO, 2018, p. 01). Além do caso de Adriele, há vários outros casos de racismo acometidos nas universidades, como o caso da estudante da Faculdade Cásper Líbero¹², o caso de Kezia Silva de Castro¹³, sofreram ações racistas advindas de professores. Tudo isso, é retrato visto em nosso país, somos impedidos de ser e estar, somos tratados como povo escravizado, limitados a lugares, espaços, é como se ainda houvesse correntes que nos amarra.

¹¹ AMARO, João. Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'. Santos, SP: G1, 24/08/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/24/mae-denuncia-ameacas-de-morte-e-racismo-contra-filha-de-12-anos-em-escola-macaca.ghtml>>. Acesso em: 12/10/2019.

¹² CAVICCHIOLI, Giorgia; MOREIRA, Matheus (Ponte). Estudantes negros enfrentam o racismo de professores e colegas em universidades. Disponível em < <https://ponte.org/estudantes-negros-enfrentam-o-racismo-de-professores-e-colegas-em-universidades/>> Acesso em 12/10/2019.

¹³ VASCONCELOS, Paloma, Estudantes denunciam professora por aulas racistas em universidade. Brasil: El País, 07 de junho 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/07/politica/1528397124_238801.html> Acesso em 12/10/2019.

A nossa história é ocultada, negam as dores do nosso povo, depois de anos de escravidão, há ainda quem dizer que não houve escravidão. Somente aquele passou pela tangente do sofrimento, perversidade e supremacia branca, pode contar. A nós, nos foi dada a herança da labuta, da dor, herança esta advinda da colonização escravista, da cultura eugênica, eurocêntrica e branca, assistimos todos os dias um novo capítulo de desrespeito, zombaria e criminalidade ao preto da favela, da comunidade, dos magistrados, das universidades, pois, preto em qualquer lugar é malvisto pela sociedade, pelo viés do eurocentrismo. Quando não vivenciamos os ataques racistas, através de xingamentos, presenciamos práticas que toca na ferida histórica de um povo escravizado neste país. No ano de 2018, mês de outubro, os meios midiáticos, desde a TV à internet, traziam a notificação de um caso que causou repúdio em grande parte dos brasileiros, o fato de uma mãe branca ter fantasiado seu filho de escravo. Este fato causou grande repercussão, e foi percebido por grande parte das pessoas como uma ação racista, uma vez que, tal ação, foi de encontro com as sequelas vivenciada neste país, tocou na ferida do passado que até na atualidade marcam, deixam cicatrizes e ceifa vidas de negros.

Figura 4 – Mãe fantasiou o filho de escravo para festa de halloween.



Fonte: <https://istoe.com.br/mae-fantasia-o-filho-como-escravo-e-e-acusada-de-racismo-nas-redes-sociais/>

Ao tecer, cada palavra que transcreve e transmite a história do negro, perpassando por toda falácia existente no transcrever destes fatos, percebemos, o quão, é necessário persistir e insistir na transformação do sujeito por intermédio da educação, é preciso mais representatividade em cada esfera social, é preciso multiplicar as vozes negras dentro do espaço físico educacional, é necessário transmitir a essencialidade do sujeito negro, é essencial

transcender as inverdades e desrespeito, é preciso ver caráter e não cor, pois, tudo isso, começa, no mesmo lugar que ensina. O ambiente escolar é o caminho para essa transformação necessária, precisa-se a cada de readaptações, currículos devem ser revisto, pois, é na escola que se transforma pensamentos, cria criticidade, em que o sujeito desenvolve suas habilidades, é essencial tornar a escola em um campo que todos recebam, o negro, com respeito, em que a escola seja um lugar de receptividade, respeito, e que o negro, aos sete anos considere-a como melhor lugar para estar.

3.3 Como a educação pode ser usada para (de) colonizar

Até aqui, aprendemos que toda a história da negritude no Brasil, é decorrente de mentalidade colonizadora, que se constitui em favor do desenvolvimento mercantil e acumulação de riqueza na mão da nobreza eurocêntrica portuguesa. Olhar atentamente ao passado, e ver no presente as heranças e marcas africanas em todas as esferas da vida nacional, requer de nós, educadores, movimentação em favor de mudanças significativas para a cultura e comunidade negra através da educação, pois, nossa verdade está oculta diante do argumento construído pelo colonizador, é preciso desprender estes conceitos das mentes do colonizado e desarmar o colonizado.

[...] os fundamentos, os princípios, os valores, as projeções e os ideais decalcados nas mentes colonizadas pelo opressor, acabam por transformar o oprimido em hospedeiro de seu próprio opressor. A partir daí, ele lê o mundo com os olhos e a partir da perspectiva da visão de mundo do opressor, ficando muito mais difícil completar-se a tarefa da libertação. (ROMÃO, 2012, p. 9).

Pensar na cultura afro-brasileira e história do negro, é pensar na temática que vivenciamos, é conhecer nossas raízes, na tentativa de sedimentar nossa identidade, em outras palavras, incluir nossa história, a partir do estudo e reflexão pela perspectiva do negro, reafirmando assim a presença da origem africana na literatura, na música, na arte, no modo de viver, falar, dançar, na religiosidade e festejos. Neste processo de reafirmação, creditamos na potencialidade da educação para transformações necessárias, uma vez que, a educação transforma o sujeito persuadindo-o de valores socioculturais que os capacita para a concepção de mudança em consonância de modificações que transcende na sociedade. Neste contexto de reafirmação e desconstrução, deve começar a partir do contexto africano, desconstruído a concepção da África como continente atrasado, neste segmento Gadotti (2012, p.61), “a África não deveria ser considerada como um continente atrasado ou subdesenvolvido, como

proclamava o colonizador, mas um continente explorado e roubado pelos colonizadores”, e nisto ressalta que por intermédio da educação é possível denunciar os reais motivos desta falácia, em outras palavras, é possível decolonizá-las.

Deste modo, a educação torna-se uma potencialidade junto ao campo de transformação da sociedade, mais precisamente aos conceitos e opiniões frente a cultura negra, tendo, pois, a escola como instituição responsável pela reafirmação deste processo, pois, creditam que é nas escolas que se forma opinião e contribui para com a mudança necessária junto ao quadro de ilegalidades e injustiça que imperam em nossa sociedade. Pode-se dizer que compete a escola construir identidade, e respeitar as matrizes culturais, com base nas especificidades da herança cultural inclusa na diversidade humana, buscando sempre pela dignidade do sujeito, pois, a escola, “reúne instrumentos pedagógicos que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem” (ROCHA, 2008, p. 58). Partindo deste conceito, entende que por intermédio do professor, na condição de mediador, cabe a este, a capacidade de reconstruir saberes, isto é, a autocorreção da perceptiva da inferioridade do negro na sociedade, pois, “sua prática pedagógica não se encaminha para a transmissão de regras e para o condicionamento de comportamento, mais para a construção de competências e a habilidade que permitam ler o mundo e interpretá-lo”. Coelho (2008, p. 103). Nesta ótica, Rocha (2008, p.58), ressalta que:

Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo.

Pois, sem dúvidas, a escola é um espaço sociocultural que deve estar aberto para pluralidade cultural, com concepções e intuítos de desconstruir pré-conceitos, silenciamento e descasos gerenciados dentro da gestão escolar, a escola precisa ser um campo de problematização. Construir uma dinâmica do racismo na escola, que perpassa na mediação do professor, por meio da autocorreção das concepções adversa atribuída ao negro, por intermédio de um currículo que reformule o conceito de ensinar, atribuindo o ensino da cultura afro-brasileira.

3.4 Negro, Arte e (Re) Existência: como o negro pelas artes vem resistindo ao racismo.

O negro e suas relações artísticas, nas diásporas se ressignificam, como caminhos de resistir ao racismo, transparecendo e evidenciando a sua identidade, certo que, o processo de escravidão, condicionou aos negros a necessidade de (re) existência, pois, a dispersão causou massacres nos valores culturais, impondo-lhes outros valores culturais, religião cristã, e realidade social.

Os povos africanos ao serem arrancados de seu continente e dispersos (diáspora) para outras regiões do planeta foram obrigados a estabelecer novos mecanismos de sobrevivência, a desenvolverem novos hábitos e crenças, novos símbolos e valores, mas não abandonaram a fé nos antepassados. Ao mesmo tempo em que estes povos se submeterem aos senhores brancos, estrategicamente, ressignificam seus símbolos e suas crenças. (OLIVEIRA, 2015, p. 60).

Desde a escravidão, o negro, em favor de sua identidade estabeleceu maneiras de resistência, principalmente a sua cultura e religiosidade, uma vez que, incorporaram nessa nova realidade símbolos do universo africano. Neste segmento, Oliveira (2015, p. 60), enfatiza que a cultura da diáspora, marcou os espaços sociais, que na atualidade é possível ver traços fortes dessa cultura nas nossas músicas, na arte, na linguagem e no corpo. No que tange as linguagens artísticas, o negro reafirmou sua identidade, dialogando com os anseios e vivências da população negra, através da arte, evidenciou suas vozes, faz conhecer as falácias que existe nas vielas, favelas, e todo lugar que se encontra um negro.

[...] a performance negra abarca formas expressivas, de modo geral, e não prescinde de audiência para acontecer. Trata-se do caso das brincadeiras (terno de reis, capoeira, bumba meu boi, maculelê, entre outras); das expressões religiosas (congadas e rituais das religiões de matriz africana), em síntese, das formas espetaculares propriamente ditas. O teatro de presença negra, mais relacionado às expressões literalmente, artísticas - feitas para serem vistas por um público -, de expressão negra, ou com sua participação. E a terceira categoria, o teatro engajado negro, que diz respeito a um teatro demilitância, de postura, assumidamente, política (LIMA, 2011, p. 82-83).

Na linguagem artística do teatro negro visa enfatizar a afirmação de identidades negras nos campos acadêmicos e nos espaços de conexões políticas, nesta ótica, teatro negro, é percebido, “como o conjunto de manifestações espetaculares negro-mestiças, originadas na Diáspora, que lança mão do repertório cultural e estético de matriz africana, como meio de

expressão, recuperação, resistência e afirmação da cultura negra” (LIMA, 2011, p. 82). Assim, no teatro negro, e demais linguagens artísticas, busca-se a valorização do pertencer, afirmar a cultura africana, se reencontrando na matriz africana, através da religiosidade.

Engajado a estes propósitos, surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. (NASCIMENTO, 2004, p. 120).

Além do teatro, o negro tem acrescido visualidades dentro das artes, dança e música. De acordo com Rangel (2018, p.1), sabe-se que, “as artes visuais seguem sendo, provavelmente, a mais branca e elitista das linguagens artísticas, e o espaço para os negros, seja como artista, seja como temática, encontra-se ainda muito restrito”. Mas, ainda assim, é possível, uma simbólica visualidade da presença negra no campo das artes visuais, nisto, Rangel (2018), destaca, nomes, como de Ayrson Heráclito, que através da fotografia, participou da edição da Bienal de Veneza, além do mineiro Paulo Nazareth, na bienal italiana.

Além dele e de Nazareth, outros artistas negros estão finalmente sendo reconhecidos e valorizados no meio artístico brasileiro atual, a exemplo de Ana Lira, Anderson AC, Arjan, Bruno Baptistelli, Caetano Dias, Dalton Paula, Daniel Lima, Eustáquio Neves, Jaime Lauriano, Laercio Redondo, Musa Michelle Mattiuzzi, Rosana Paulino, Sonia Gomes, entre outros. (RANGEL, 2018, p.1).

No contexto das artes visuais, é importante destacara o grafitti, como ferramenta de transformação e expressão negra, dentre os nomes na efetivação do grafitti, temos o artista visual *Tody One*, que através da arte do grafitti, “[...]aprendeu a importância de se posicionar politicamente, os desafios de obter respostas do poder público e as diferenças que separam artistas pela cor da pele. A partir daí continuou usando o *graffiti* como instrumento para provocar as pessoas e as instituições”. (PAIXÃO, 2018, p.1). No campo da música, a presença do negro, é visualizada a partir do estilo musical samba, letras visam transfigurar o sentimento e vivências dos negros junto as sequelas da escravidão, como também, continua a denunciar as desigualdades e racismo nos dias atuais. Gomes (2017) A musicalidade é um dos instrumentos

mais fortes da cultura afro. Desde antes da escravização, ainda na África, músicas marcavam o tempo de trabalho coletivo e era o meio de passar todo o conhecimento para outras gerações.

De igual forma, a música, continua a exercer o papel de instrumentalização do conhecimento, desta forma, grandes nomes passaram através do samba, letras de músicas que valoriza e enaltece as religiosidades de matrizes africanas, de Paulinho da Viola, Alcione, Djavan, Gilberto Gil, Clara Nunes, dentre outros, fortaleceram o discurso do sujeito negro no contexto brasileiro. Além do samba, outros ritmos, como Reggae, Funk, rap, foram aparecendo no contexto das favelas, evidenciando as vozes negras, surgem assim grupos, que descreve a realidade do negro, sendo alvo da violência, criminalidade, como é possível, perceber nas letras do grupo Racionais MC's, com letras polêmicas, cujas denúncias se perpassa o racismo e a questão do encarceramento brasileiro, em que relata o massacre do Carandiru. Desta forma, o negro tem a cada passo destacar-se na arte, buscando promover caminhos, construindo assim, a efetivação dos direitos do sujeito negro, e utilizando a arte como mecanismo de veiculação.

4 A MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, será abordado assuntos relacionados a educação e a relação das lutas do movimento negro, como também destacando a relevância da mulher negra no contexto acadêmico, enfatizando suas lutas para a ressignificação da mulher negra nos campos acadêmicos, tendo, como exemplificação, a presença de Beatriz Nascimento, como representação da mulher na invisibilidade acadêmica.

4.1 Nas margens da sociedade, ouve-se vozes e protestos: o nascer do movimento negro

Na tentativa de construir uma nova percepção sobre o ensino de artes e novos olhares junto a cultura afro-brasileira, é essencial demarcar pontos relevantes da história do negro, referente a luta pelos seus direitos, a qual permanece até hoje em buscas de ideais e equidades. No período a qual estudamos no Ensino Fundamental, o que aprendemos sobre negros, limitou-se ao período escravocrata até o momento da abolição, depois disto, aparentemente parece que tudo se consagrou como mais belo fim para os negros, libertos, não mais escravos, sem chibatas, sem correntes, livres das amarras, de fato deveria ser assim, mas nem todos nesta vida vivem o feliz para sempre, aliás, não existe final feliz, existe lutas diárias e conquistas. Após a abolição forjada, os negros ficaram livres, porém, a margem da sociedade, sem lenço e sem documento, sem direitos, sem moradias, simplesmente marginalizados, em outras palavras não houve uma liberdade legitimada, pois, ao negro não foi dada a condição de integrante na sociedade, ou cidadãos de direitos.

E com o fim da monarquia e a chegada da república, os caminhos para os negros tornariam intensos, de grande luta em favor dos direitos negados. “Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. Ao contrário, esta, segundo Andrews, foi marginalizada” (DOMINGUES, 2007, p. 102). Neste segmento, segundo Fernandes (2012.p. 148) “nos primeiros anos da república do Brasil instalou-se uma guerra à negritude”, uma vez que, “o estímulo à migração de europeus e o estabelecimento de barreiras para migrantes indesejados asiáticos e africanos reafirmava o compromisso das elites com o branqueamento da população brasileira”.

A verdade, é que agora diante da lei, os negros estavam libertos, mas escravizados nas práticas, nas relações sociais, na visibilidade do negro como um ser insignificante, nas condições raciais do branco, como cidadãos autênticos, tudo isso, se constitui numa segunda escravidão, cujos castigos e torturas se manifestas nas ações e nos descasos racistas impostos aos negros, ainda visíveis nos dias atuais.

E foi na margem da sociedade, que estes negros, impulsaram sua resistência, suas vozes, agora não era mais por meio das fugas, mas por meio de luta pela inserção, pelos direitos, “não mediu esforços para encontrar saídas ante ao quadro de exclusão e opressão mantido no pós-abolição.” (FERNANDES, 2012, p. 159).

Neste processo de lutas e protestos, Fernandes (2012, 159-160), argumenta que “nas grandes cidades, principalmente nas capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte), surgiram mobilizações, definidas como ‘protestos negro’. Desde a ‘imprensa negra’ passando pela Frente Negra Brasileira (FNB), pelo Teatro Experimental do Negro, até chegar ao Movimento Negro Unificado (MNU). Notificamos, pois, a partir daqui nós negros, devemos nos posicionar em favor de nossos direitos, pois, as governanças não agem por benevolência, estabelece leis e direitos sobre pressão ou por interesses políticos. No pós-abolição, a situação exigiu o negro lutar pelo direito de cidadãos, e estes se posicionaram e reivindicaram por questões direcionadas a educação, certo que, a construção da inferioridade destinada ao negro, partia das objeções visíveis nas cartilhas educacionais, em que, cujas imagens e conteúdos se caracterizava como racistas e preconceituosas.

4.2 O movimento Negro

A presença negra na história, como já vimos, é marcada pela luta e ações do Movimento Negro, na qual, intensificaram pela liberdade democrática, a comunidade negra, através das iniciativas organizadas, conduzia assíduos debates em favor dos direitos, do respeito por seu lugar de personagem principal na edificação deste país. Dentre as organizações levantadas, vale ressaltar algumas, cuja representatividade carrega os percalços são relevantes, na constituição da luta diária do negro, dentre os quais, teve-se a movimentação, por meio da imprensa negra, pois, de acordo com Fernandes (2012), entre 1833 e 1867, no Rio de Janeiro, “foram publicados os jornais O Homem de Cor, O Mulato, O Brasileiro Pardo, O Cabrito e o Meia Cara”. Dentre os grupos e manifestos, teve-se a Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, considerada “as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas”

(DOMINGUES, 2007, p. 106), converteu o movimento negro brasileiro em movimento de massa, sendo, pois, a mais relevante entidade negra do Brasil, com uma organização complexa mobilizou contra a segregação social e espacial decorrentes da discriminação racial.

Nesta luta constante, através de Abdias do Nascimento, nos anos de 1944 a 1945, tem-se o período marcante pelo anseio da liberdade democrática, criou-se o TEN (Teatro Experimental do Negro), cujos princípios denunciava enfaticamente as mazelas e podridões do racismo. Assim, o TEN iria desempenhar um papel importantíssimo na história do teatro brasileiro ao formar vários atores, assim como dramaturgos, dando suporte para o desenvolvimento de uma tradição negra nas artes cênicas. (FERNANDES, 2012, 159). E neste processo se intensificaram muitos movimentos, em favor da legitimidade dos direitos do sujeito negro, entre erros e acertos, sobre represálias e opressão, perpassando por períodos incertos, tal qual, o período do golpe militar, que desarticulou e desmobilizou as lideranças negras (DOMINGUES, 2007). Então, nos fins da década de 70, surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU). Neste contexto, MNU, se compreende por um conjunto de entidades negras, de diferentes orientações políticas que tem em comum o compromisso de lutar contra a discriminação racial, o racismo acreditando na centralidade da educação para a construção de uma identidade negra positiva. (RODRIGUES, 2005, p.251). No que concerne na relevância do MNU, Domingues (2007, p. 114-115):

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade.

Assim, o movimento conquistou visibilidade pública, intensificando e incentivando os negros a assumirem sua condição racial, intervindo na educação, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil (DOMINGUES, 2002, p. 115). Deste modo, por meio da bandeira levantada pelo movimento negro, nos é dada a reflexão pela busca incessante de lutar contra as mazelas sociais, através do protesto do movimento negro unificado, as esferas sociais públicas conheceram as vozes discursivas de uma das classes oprimidas, que obteve aclamação e críticas na sociedade, contudo, se concretizou no percurso que transcreveu os caminhos rumo a consolidação dos

manifestos e anseio do povo negro, enquanto cidadão, certo que, a consolidação da Lei se deu posteriormente após a ação efetiva do movimento negro.

Neste processo de consolidação do movimento negro, tecer fios e argumentos acerca da educação de negros, leva-nos a registrar a singularidade da mulher negra na desenvoltura e participação das mulheres negras. Expressamente, somos conscientes da capacidade humana advinda dos preceitos e ações articulados pelas mulheres junto ao processo de resistência e reafirmação dos direitos da comunidade negra. Nesta perspectiva Ayodele e Filice (2012, p. 127) descrevem que na década de 1940, já havia atuação substancial das mulheres na experiência do teatro Experimental do Negro.

Em sua maioria trabalhadoras domésticas e diaristas, várias mulheres atuavam no TEN como atrizes nas peças de teatro, como debatedoras nos encontros pela causa negra e na organização da própria entidade. Resultando dessa experiência duas organizações de grande importância: a Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Esses coletivos sinalizaram importantes elaborações que seriam retomadas pelo movimento de mulheres negras nos anos de 1980. (AYODELE E FILICE, 2012, p. 127, grifos do autor).

Nesta retomada do movimento de mulheres negras nos anos 1980, as mulheres negras visavam pela luta em favor dos direitos da mulher negra, em que o foco maior estava aspiração sobre os aspectos da questão educacional. Nas chamadas de reivindicações, as mulheres negras contribuíram para as redefinições de políticas governamentais voltadas para atenção da primeira infância, na qual, reivindicava a oferta do serviço de creches adequada para com as necessidades das crianças. De acordo com Ayodele e Filice (2012), quando falamos do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, é importante ressaltar alguns nomes que se destacaram na luta contínua do direito e respeito nas esferas sociais, dentre as quais, tem-se Lélia Gonzáles (1935-1994), Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes.

A respeito de Lélia Gonzáles, sabe-se, era ativista e umas das fundadoras do MNU, além de historiadora e filósofa, com formação em Comunicação, Antropologia, Sociologia e Psicanálise, Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR e Nilma Lino Gomes, antropóloga e ex-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as/ABPN. Além destas, outras mulheres contribuíram nesta caminhada diária e árdua em busca da afirmação e reconhecimento social e indenitário negro, cujos anseios se caracterizava no romper das barreiras da exclusão ligada ao negro, no tocante a raça, classe e gênero. Neste aspecto, é válido, ressaltar Sueli Carneiro, filósofa e intelectual, que muito contribuiu para com o Movimento de Mulheres Negras, fundou o Geledés

- Instituto da Mulher Negra, sendo, pois, figuras referências que constitui a atuação e produtividade da mulher negra feminina na atualidade que se armaram do desejo e do direito de ser gente nessa terra manifesta pelo cinismo velado pelas classes sociais.

4.3 Mulher negra na educação: a representação de Beatriz Nascimento na invisibilidade acadêmica.

Transcrever a história do movimento negro, tornou-se essencial aqui, pois, para adentrarmos em nomes relevantes, mais precisamente, nome de mulheres negra no contexto educacional, era preciso, simplificar a luta, para chegarmos ao conceito de educação e acadêmica, nos termos e realidade da mulher negra. Por toda história, desde a captura, a vida de escravo, perpassando pela farsa abolição, até o abandono e silenciamento ao sujeito negro, são os fios de teceram a realidade visível e vivida pelos negros na atualidade, especialmente, a mulher negra.

Pensado nesta perspectiva, atribuído pela luta incessante destes na constituição dos seus direitos, vimos, que a visão dos movimentos, estava voltada, a primeiro momento, pelo direito a educação, pois, a percepção da inferiorização dos negros, os movimentos sociais negros passaram a incluir nas suas agendas reivindicações voltadas a tangente da educação (SANTOS 2005, p. 23).

No tocante a presença da mulher negra no contexto educacional, é possível falar em invisibilidade, principalmente no meio acadêmico, pois, a condição dada pelo período escravocrata, caracterizou a mulher negra à determinadas funções. Nesse sentido Ratts (2006, p. 104), diz que “a mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão”. Tomando por base os posicionamentos de Ratts (2006), compreende-se que, todos esses processos arcaicos pertinentes no período escravocrata, ainda é visível em nossa realidade, existem ainda, elementos que condiciona a mulher negra a atribuição de serviços, pelo simples fato de ser mulher de raça negra, e devido seus antepassados terem sido escravizados.

O autor Ratts (2006), em umas de suas linhas de pensamento, deixa perceptível a representatividade da educação, e seu papel de propiciar melhores condições de vida e ascensão social, porém, ressalta que ‘justamente por causa daqueles elementos arcaicos, os avanços educacionais são limitados e recentes, ao mesmo tempo [em] que carente, pois, a maior parte da população tem tido pouco acesso efetivo ao processo educacional’ (p.104-105). A partir

desta concepção, vemos a importância da luta do movimento negro, junto com as mulheres negras, para que aos poucos, através das lutas, possibilitar acesso às áreas a qual no contexto social não lhes eram atribuídas, dentre as quais, falando no contexto educacional, o ensino superior ou campo acadêmico. Em todo esse processo de constituição do negro em qualquer lugar, temos a representação de mulheres que chegaram até o campo acadêmico e constituíram suas vozes como processo para romper a invisibilidade nas universidades.

Nesta representação da mulher negra na educação, temos a presença de Beatriz Nascimento, que de acordo com Ratts (2006, p.28), “em vida Beatriz alcançou significativa visibilidade a semelhança de outras (os) ativistas negras (os)”. Assim, é válido, destacar a figura desta de Beatriz, se posiciona com uma ruptura diante dos moldes arcaicos presentes dentro do âmbito educacional, embora, ainda vivenciamos uma negligência frente a presença da mulher negra nas universidades.

Uma mulher negra que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada da vida extramuros da universidade como o fazia Beatriz Nascimento, rompe com esse processo de invisibilidade no espaço acadêmico. Uma mulher negra pesquisadora jamais é imperceptível no campus, mas talvez o seja nesse campo enquanto autora. (RATTS, 2006, p. 29).

Deste modo, acreditamos, que mulheres e negras como Beatriz Nascimento ou Lélia Gonzalez, são como sementes, que nos estimula a ir de encontros a novos campos ou lugares que ao negro ou negra, é retratado como não lugar, pois, sabe-se, que mesmo diante das cotas raciais presentes nas universidades, a presença negra nas universidades, são caminhos que a passos largos que se constitui no nosso Brasil.

5 O ENSINO DE ARTE E A CULTURA AFRO BRASILEIRA E A LEI 10.639/03

Neste capítulo, buscamos de forma relevante, ressaltar a importância do ensino da arte, articulada aos conceitos étnico- raciais, estabelecendo a relação da arte e a cultura afro-brasileira. Além de trazer pontos relevante acerca da lei 10.639/03, e sua relevância junto a propagação da cultura africana e afro-brasileira, como contrapontos para a desconstrução de concepções e pré-conceitos construídas pelo véis do racismo.

5.1 Entre a norma e a prática da Lei 10.639/03: Uma lei da História e Cultura afro brasileira

Nas inúmeras reivindicações dos negros, por meio dos movimentos sociais, buscava-se a inserção e o direito da posição negra na educação, além do contexto social, pois, acreditavam em mudança social através da valorização da educação. E de fato, creditamos que a educação transforma pessoas, e muda ideologias e comportamentos. Nesta luta, o negro precisava de condições que rompesse como a caracterização construída em meio a face da herança escravocrata, desconstruir a mentalidade inferiorizada e estabelecer conceitos positivos junto a figura do sujeito negro, como um ideal para minimização das ações racistas. Neste segmento, Santos (2005, p.23) ressalta que o movimento negro passou a reivindicar “juntos ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira”.

Ainda com base nos pressupostos de Santos (2005), sabe-se que a concretização da obrigatoriedade do ensino da história da África e culturas afro-brasileira, levou mais de meio século para sua efetivação em lei, a qual só foi possível em 2003 por meio da consolidação da Lei 10.639/03. Nesta ótica, Sá (2012), descreve:

A Lei 10.639/03 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, obriga a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. (p. 89).

Então, a partir desta lei se estabelece uma maneira de fazer conhecer o contexto da África, amparada por sua história e cultura, hábitos, religiosidades ou crenças, como perspectiva de desconstruir a visão preconceituosa e racista atribuída a identidade negra, africana e

afrobrasileira, em outras palavras, a lei, na prática, leva-nos a conhecer nossas raízes esedimenta nossa formação identitária. Em legislativo, a lei 10.639/03, busca enfatizar anecessidade de demonstrar a existência de um Brasil fortemente marcado pela cultura africana, em evidência de criar perspectivas de transformação da mentalidade brasileira para a quebra da visão preconceituosa. Partindo do contexto e estabelecimento da lei 10.639/03, posso então, questionar, se a lei em prática permite romper concepções, porque ainda, vivemos, sobre os efeitos das ações racistas? A verdade é que, mesmo diante de leis efetivadas, a sociedade em si, não conhece prontamente a lei, se entramos nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, e numa conversa formal com professores, vamos descobrir que grande parte dos professores desconhece a existência dessa lei, neste conceito, entendo como mais uma forma de silenciamento do direito negro.

A lei existe, contato a prática da mesma é esquecida, sem a formação de percepções e concepções, dificilmente haverá o respeito à diversidade, a grosso modo, se pensarmos na vigência da lei, que aconteceu em 2003, ou seja, 10 anos, e ainda assim, há professores que desconhece, e também há os que conhecem mais não a põe em prática, e ainda vivenciamos práticas racistas. A educação precisa adequar, desprender das mentalidades herdadas advindas do passado histórico do negro no Brasil. Entre normas e práticas, a lei propõe e dispõe de novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, em que o processo de ensino/aprendizagem da cultura afro-brasileira seja percebido como contribuinte da formação da sociedade brasileira, considerando os pensamentos intelectuais dos negros, a sua cultura e crenças de matrizes africanas.

Torna-se essencial, transpor a praticidade desta lei nas escolas, desde a Educação infantil até a universidade, pois, vivemos um ensino fragmentado, quebrado, construído ainda pela farsa, impregnado de inverdades quanto a nossa cultura, crença e nosso ser, todo que sabemos e sobre a condição de servidão e maus tratos, quantas crianças, que no início de sua vida estudantil, assim como eu, sofre mediante a atos racistas, porque, nas creches silenciam as verdades sobre o negro, por isso somos transfigurados na perspectiva pejorativa. Mediante ao contexto educacional, e na condição de mãe negra, e a partir dos pressupostos desta lei, penso na construção de habilidades por meio da Arte, o ensino -aprendizagem das relações étnico raciais.

5.2 O Ensino da Arte: Mediações, potencialidades para visibilidade da cultura afro brasileira

No curso de Educação do Campo: Licenciatura em Artes Visuais e Música, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Arraias, transformei minha concepção, e cada novo ano, nos foi permitido conhecer a potencialidade da Arte, na praticidade de ensino-aprendizagem. Por meio da arte, é possível mediar a percepção da sensibilidade junto as relações raciais, como contextualização dos direitos e diversidade. Sabemos que através da arte, é possível tocar e sensibilizar o sujeito, desta forma, o uso e planejamentos de ações práticas de ensino dentro da sala de aula, de forma contextualizada vai nos condicionar resultados efetivos, ou seja, desenvolver o pensamento artístico e a percepção crítica, pois, conforme ressalta Barbosa (2001), no contexto educacional, a arte tem sua função voltada para desenvolver as divergentes inteligências. Nesta percepção, entende que:

A educação em Artes propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (BRASIL, 1997, p. 19).

Pensar no ensino de Arte, no tocante das percepções da visibilidade da cultura negra, é permitir a desconstrução dos conceitos arcaicos pertinentes na sociedade, uma vez que, de acordo com Barbosa (2001), o ensino de arte está intimamente associado ao interesse de quem aprende, pois, ele rompe com as barreiras excludentes e com relação dominando e dominante pertinentes na educação/ ensino tradicional. Sabe-se, que o ensino da arte perpassa pelas quatro linguagens, ou eixos temáticos, (música, arte visual, dança e teatro), assim, com práticas de ensino interligados aos eixos temáticos, é possível evidenciar contextos frente a relevância da cultura afro-brasileira. Através das percepções visuais, é possível relacionar a arte em suas múltiplas narrativas e estéticas, pois, conforme transcreve Barbosa (2010, p. 99) tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização do que somos, onde estamos e como sentimos.

A arte valoriza o negro enquanto ser humano, pois, através da percepção visual, consegue-se manipular a estética negra, conhecer a história pelas marcas simbólicas do corpo negro, pois, “o corpo é uma linguagem e escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação.” (GOMES, 2003, p.174). Pensar no ensino de arte, como formação de ideias e concepções, é preciso constituir ações que transforme essas concepções em atos

sociais, e em se tratando de linguagem artística, é possível isto por intermédio do teatro. Como práticas pedagógicas, o ensino de arte, através do teatro, permite o negro visualizar sua posição no contexto de mundo, pois, o teatro carrega em si a complexidade, por ser a única arte que suporta todas as linguagens artísticas, nesse sentido:

[...] O teatro é o encontro das artes” que “a Estética do Oprimido existe no som, na palavra e na imagem. É a seiva da sua árvore – árvore viva. [...] O espaço físico, o espaço estético e o espaço cênico já são estéticas mesmo antes que entre em cena o primeiro ator. Quando entra, seu corpo é pintura, escultura e dança. Quando pronuncia sua primeira frase, suas palavras são poesia, ideia e emoção. Sua voz é música. Seus atos são os atos estetizados de um cidadão (BOAL 2009, p.164).

Em estratégias pedagógicas, pode-se trazer ao contexto de ensino de arte a organização de oficinas que articule falas e linguagem que notifique a preponderância da cultura negra, com o intuito de desconstruir preconceitos e fortalecer os saberes, apresentando, assim uma ressignificação dos elementos culturais africanos constituídos na cultura afro-brasileira, e é essa relevância que nos cabe enfatizar acerca da cultura negra, dentro da sociedade, a partir do papel socializador da escola, permeabilizada pelo ensino de artes. Na arte contemporânea, é possível visualizar a performance, trazendo significativas mudanças no campo da arte, a performance, tem sua relevância, pois, é entendida como prática desenvolve a consciência crítica cultural, na qual constrói-se a consciência crítica frente as intenções pedagógicas.

De acordo com Cunha (2016), na performance, a gestualidade, traz questionamentos acerca da pretensão ao ato de ensinar, ou seja, quais objetivos e trajetórias necessárias para alcance daquilo que se pretende através da performance. Ao contexto da arte contemporânea, Bousso (2016, p.1), compreende-se alguns nomes que se destacam com arte da performance, como “o de Emanuel Araújo, o de Rubem Valentim, o de Rosana Paulino e o de Genilson Soares”, que com esforços, no campo da crítica, tem evidenciado, “um olhar crítico e curatorial capaz de inserir os conteúdos de matriz afro descendente no circuito das artes”. Desta forma, na contemporaneidade, as performances, grafitti, predomina a linguagem que possibilita questionamentos, rompe barreiras e potencializa a capacidade cognitiva do sujeito, ou seja, nos direciona a capacidade de ler e interpretar a interação e compreensão crítica. Assim, a partir dos atos performáticos e demais artes contemporâneas, a capacidade da percepção do fazer artístico, sobre os aspectos das matrizes africana, “para que se possa neutralizar as abordagens de visão exotizada, estereotipada e etnocêntrica” (BOUSSO, 2016).

Deste modo, é válido enfatizar que a arte, enquanto prática de ensino, constituiu significativos, a partir da criticidade do docente, e para isso, é preciso autonomia e criticidade,

percepção de leitura e interpretação do mundo, pois, a linguagem artística abre caminhos para transformar a sociedade, a partir da arte, o professor, transforma mundos, e conscientiza mentes. Portanto, vê se nas articulações artísticas a construção de uma sociedade justa e respeitável, valorizados pela temática da diversidade, impactando de igual forma, uma reflexão relevante no combater a exclusão e supremacia, possibilitando aceitação da diversidade social e racial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer os fatos históricos acerca da vida do negro, é percebido e sentido, que devido a escravidão, na atualidade, nas relações sócias, o negro tem sua identidade descrita e associada a formas e práticas pejorativa, sobre o viés do racismo. Todo o percurso transladado, da diáspora, pela ruptura na terra natal, até a chegada nas Terras de Santa Cruz, em que o colonizador construiu caminhos estreitos e nefastos, agregando ao negro escravizado, a insignificância do ser, estabelecendo a inferiorização, ainda hoje, visíveis e sentidos pela comunidade negra. E toda essa história mal contada, sobre nós, negros brasileiros, o negro foi resistência, se fez resistência, mostrou sua capacidade de luta, levantou bandeiras, aderiu adeptos para a desarticulação da escravidão e a tão sonhada liberdade. O negro, movimentou, fez movimentos, e nos pós – abolição, continuou a lutar, a conquistar direitos, e ainda segue lutando, pois, ainda vivemos presos nas ferragens da escravidão.

A visibilidade das críticas destrutivas, pejorativas, face ao negro, nos mostra, o quanto ainda temos de lutar, e o quanto temos que ser e fazer resistência, pois, ainda vemos corpos caindo no chão, vitimados pela ignorância humana, pela ascensão do poder, pela superioridade. O negro, empoderou-se, e precisa constituir o seu lugar, enquanto cidadão de direito, anseia pela liberdade de ser humano, que transita nas ruas sem ter os holofotes de marginal, direito de ser performance, ter voz cultural, quer respeito, quer dançar sua religiosidade, sem ser questionado pela intolerância daqueles que não os conhece. A educação, como campo de possível discursos artísticos que travam a corporeidade negra, suas performances, a arte como um todo, sobre a aplicabilidade de práticas artísticas para a quebra da invisibilidade do negro na sociedade, a arte como mediação, potencialidades para a ressignificação da cultura negra e seus cultos, potencialidades para construir criticidade e percepção de entendimento, transformar mentes colonizadas, e tornar libertos os escravizados que ainda residem no nosso país, que sofre continuamente as malélicas da visibilidades racistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga. **V. Centro de Estudos Afro-Orientais**, 2006. Disponível: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>> Acesso em 24/10/2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros/ALMEIDA,%20Silvio_%20O%20que%20%C3%A9%20Racismo%20Estrutural_.pdf> Acesso em: 10/10/2019.

AMARO, João. **Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'**. Santos, SP: G1, 24/08/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/24/mae-denuncia-ameacas-de-morte-e-racismo-contrafilha-de-12-anos-em-escola-macaca.ghtml>>. Acesso em: 12/10/2019.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos; CASSIANO, Thiago Francysco Rodrigues. **Cultura e religiosidade afro-brasileira: a exclusão do identitário negro no evento “palmas - capital da fé**. In: Revista da ABPN, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: História e Cultura Africana e Afrobrasileira – lei 10.639/03 na escola • maio de 2018, p.295-312.

AYODELE, Cristiane; Renísia; FILICE Cristina Garcia. Trajetória da educação do negro no Brasil: movimento negro e políticas públicas. In: MORAES, C.C.P.; OLIVEIRA, L.F [et al.]. **Curso de extensão em educação quilombola**. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. 338 p.141-163.

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A imagem no ensino da arte**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOUSSO, Daniela. Quem são os artistas negros de arte contemporânea? **O número de artistas negros atuantes cresceu e tem contribuído para mudanças significativas no cenário da arte em relação às décadas passadas** São Paulo: SELECT, Ago de 2016. Disponível em: <<https://www.select.art.br/quem-sao-os-artistas-negros-de-arte-contemporanea/>> Acesso em: 02/11/2019.

CAVICCHIOLI, Giorgia; MOREIRA, Matheus (Ponte). **Estudantes negros enfrentam o racismo de professores e colegas em universidades**. Disponível em <<https://ponte.org/estudantes-negros-enfrentam-o-racismo-de-professores-e-colegas-em-universidades/>> Acesso em 12/10/2019.

CEARÁ. **Conheça a história de quatro nordestinos que lutaram contra a escravidão no Brasil**. Ceará, Diário do Nordeste, 20 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/online/conheca-a-historia-de-quatro-nordestinos-que-lutaram-contraa-escravidao-no-brasil-1.2028270>> Acesso em: 01/11/2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência – 2017**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em: 08/10/2019.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: MAZZA, 2008.

COSTA, Robson Pedrosa. As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais> Acesso em 05/10/2011.

CUNHA, Fernanda Pereira da. Arte/educação versus e-Arte/Educação no contexto da cultura digital e não digital: Abordagem Triangular versus Sistema Triangular Digital. In: CUNHA, Fernanda Pereira da; LOBATO, Iolene Mesquita. **Fundamentos da arte/educação digital**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. 115 p. – (Arte/educação intermediária digitais depoimentos provocativos; 1)

DIAS, Maria Odila. **Resistir e Sobreviver**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-381.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 06/10/2019.

FAUSTO; Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Alysson. Introdução conceitual para a erer: A dívida social do Brasil para o Negro após o 13 maio. In: MORAES, C.C.P.; OLIVEIRA, L.F [et al.]. **Curso de extensão em educação quilombola**. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. 338 p.141-163.

FONSECA, Dagoberto J. **A história, o africano e o afro-brasileiro**. In: Cadernos de Formação - Ensino de História, São Paulo: Programa Pedagogia Cidadã, PROGRAD, UNESP,2004.

FREITAS, Neide; QUEIROZ, Sônia Queiroz. **Vissungos**: cantos afrodescendentes em Minas Gerais. 3ª ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/Vissungos.pdf> Acesso em 05/10/2019.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire na África: Encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral. In: ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

GELEDES. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Publicado em 13 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil-2/#axzz3J9Pawj4G>>>. Acesso em: 27/10/2019.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Maíra Neiva. **A musicalidade negra como resistência**. In: GELEDES- INSTITUTO MULHER. Patrimônio Cultural. São Paulo, 15 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/musicalidade-negra-como-resistencia/>> Acesso em: 10/11/2019.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 23 Rio de Janeiro, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: **um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan. /jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. In: Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e197406.pdf>>Acesso em 09/11/2019.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. Disponível em: < http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf >. Acesso em 27/10/2019.

LIMA, Evani Tavares. **Teatro negro, existência por resistência: problemáticas de um teatro brasileiro**. Repertório, Salvador, n. 17, p. 82-88, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5665>> Acesso em: 08/11/2019.

LOPES, Thiago Stevenny. **O Tráfico Atlântico e a Africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica**. 2016. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, UFRGN. Caicó, 2016. Disponível:<<http://monografias.ufrn.br/handle/123456789/2303>> Acesso em: 20/10/2019.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense 1981.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1992

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola Brasília: MEC / SECAD**, 2001.

NASCIMENTO, Abdias dos. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. In: Estudos Avançados, v.18 n.50, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a19v1850.pdf>> Acesso em: 02/11/2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UESF Editora, 2012.

NEPOMUCENO, Eric Brasil; MENDONÇA, Camila. 1888: Abolição e abolicionismos. In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p.73-84.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Qual é a cor da sua pele? Povo negro construindo identidades na diáspora.** São Paulo Fonte Editorial, 2015

RAMOS, Rogério de Araújo (Ed). **Dicionário Didático de Língua Portuguesa:** ensino fundamental 1. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2011.

RANGEL, Daniel. **Exposições tentam romper barreiras à presença negra nas artes visuais: Histórias Afro-Atlânticas**, em cartaz em São Paulo, é o ponto alto desse processo gradativo. In: GELEDES- INSTITUTO MULHER NEGRA, 2018 Disponível: <https://www.geledes.org.br/exposicoes-tentam-romper-barreiras-presenca-negra-nas-artes-visuais/>> Acesso em 09/11/2019.

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica:** Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006. Disponível:< <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>> Acesso 20/09/2019.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. **A Experiência com a Lei Nº10.639/03 CEFET-PA:** Formação Inicial e Continuada. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade.** Belo Horizonte: MAZZA, 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral: razões revolucionárias e a descolonização das mentes. In: ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

ROSSI, Amanda; COSTA, Camilla. **Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil.** São Paulo: **BBC do Brasil, 2018.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>> Acesso em 07/11/2019.

SÁ, Edmilson Siqueira de. A lei 10.639 e a diversidade na escola Brasileira. In: MORAES, C.C.P.; OLIVEIRA, L.F [et al.]. **Curso de extensão em educação quilombola.** Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. 338 p.89-107.

SANTOS, Vilson Pereira dos. **Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no brasil escravista.** In: Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, v.9n. 16. Goiânia, v.9, N.16; p. 2013. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/humanas/Tecnicas%20da%20Tortura.pdf>> Acesso: 12/09/2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: SECADI. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em:< <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/sales-lei-10.639-como-fruto-da-luta-antirracista.pdf>>. Acesso em: 08/10/2019.

SILVA FILHO, G. **Cotidiano escravo em um contexto de escravidão urbana.** IN: Pires, Antônio Liberac Cardoso Simões e Oliveira, Rosy (Orgs.). **Sociabilidades negras comunidades remanescentes escravidão e cultura.** Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana, 2006.

SOARES, Patrícia da Silva. Tecnologias e saberes africanos. In: MORAES, C.C.P.; OLIVEIRA, L.F [et al.]. **Curso de extensão em educação quilombola**. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. p.61-93

SOUZA, Rildo Bento. Senhor Deus dos desgraçados: Escravidão, resistência e liberdade. In: MORAES, C.C.P.; OLIVEIRA, L.F [et al.]. **Curso de extensão em educação quilombola**. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. 338 p.123-140.

PAIXÃO, Mayara. **Tody One: o graffiti como ferramenta de transformação periférica e expressão negra**. In: BRASIL DE FATO. Cultura. São Paulo: Brasil de Fato, 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/17/tody-one-o-grafite-como-ferramenta-de-transformacao-periferica-e-expressao-negra/>> Acesso em: 10/11/2019.

VASCONCELOS, Paloma, **Estudantes denunciam professora por aulas racistas em universidade**. Brasil: El País, 07 de junho 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/07/politica/1528397124_238801.html> Acesso em 12/10/2019.